

Relatório

Fórum da OIT sobre Trabalho Digno para uma Globalização Justa

Lisboa, Portugal

31 de Outubro-2 de Novembro de 2007

Copyright © Organização Internacional do Trabalho

Primeira edição 2008

ISBN 978-92-2-821084-2 (print)

ISBN 978-92-2-821083-5 (web)

As denominações utilizadas nas publicações da OIT, que estão em conformidade com as normas das Nações Unidas, bem como a forma sob a qual figuram nas obras, não reflectem necessariamente o ponto de vista da Organização Internacional do Trabalho relativamente à condição jurídica de qualquer país, área ou território ou respectivas autoridades, ou ainda relativamente à delimitação das respectivas fronteiras.

A referência a nomes de empresas e produtos comerciais e a processos ou a sua omissão não implica da Organização Internacional do Trabalho qualquer apreciação favorável ou desfavorável.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou nos Escritórios locais da OIT em diversos países, ou directamente a partir da ILO Publications, International Labour Office, CH-1211 Genebra 22, Suíça. Os catálogos e listas de novas publicações podem ser obtidos gratuitamente na morada acima mencionada ou solicitados através do seguinte endereço de e-mail: pubvente@ilo.org.

Visite o nosso website: www.ilo.org/publns.

Formatado em Suíça

BRI

Impresso pelo Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, Suíça

Índice

	<i>Página</i>
1. Introdução	1
2. Principais resultados	7
3. Resumo dos procedimentos	11
Sessão de abertura do plenário	11
Intervenções principais do plenário	14
Painel de Parlamentares	19
4. Destaques das Sessões Temáticas	21
Sessão 1: Empregabilidade: educação, desenvolvimento de competências e tecnologia – <i>Colmatar défices de conhecimento</i> ..	21
Sessão 2: Melhorar o trabalho e o funcionamento das empresas na economia informal – <i>Organizar para a acção e participação</i> .	27
Sessão 3: Migração laboral, interna e internacional – <i>Assegurar os benefícios e limitar os riscos da mobilidade dos trabalhadores</i>	30
Sessão 4: Políticas de protecção social para a coesão social e o desenvolvimento económico – <i>A caminho de uma base social global mínima?</i>	35
Sessão 5: Coerência das políticas entre as organizações internacionais – <i>Criar instrumentos para que possa funcionar</i> . . .	39
Sessão 6: Oportunidades de trabalho digno para jovens: ultrapassar a discriminação e as desvantagens – <i>Igualdade na diversidade: uma ficção ou uma necessidade?</i>	45
4. Sessão de Encerramento	51

APÊNDICE	55
Anexo 1	56
Programa do Fórum	56
Anexo 2	61
Conclusões do Evento Paralelo da União Interparlamentar (IPU), Lisboa, 31 de Outubro de 2007.	61
Anexo 3	63
Apelo à promoção do Trabalho Digno	63

1.

Introdução

O Fórum da OIT sobre Trabalho Digno para uma Globalização Justa foi organizado em Lisboa pela OIT, tendo decorrido de 31 de Outubro a 2 de Novembro de 2007. Acolhido pelo Governo português durante a sua Presidência da União Europeia, o Fórum recebeu também o apoio da Comissão Europeia. O Fórum reuniu cerca de 400 representantes dos mandantes tripartidos da OIT, de organizações internacionais e regionais, de organizações da sociedade civil, de institutos de investigação e educação, de meios de comunicação social e parlamentares de todos os cantos do mundo. O debate permitiu trocar opiniões sobre as abordagens e experiências obtidas na promoção do trabalho digno com vista a contribuir para a definição de um processo de globalização justa.

Este foi o 1º Fórum desta natureza. O programa foi preparado em estreita colaboração com o Conselho de Administração da OIT e com o Governo de Portugal. O debate incidiu sobre seis pilares fundamentais para a Agenda para o Trabalho Digno, nomeadamente:

- o reforço da educação, da formação e da empregabilidade,
- a modernização da economia informal,
- a gestão da migração laboral,
- a extensão da segurança social,
- trabalho digno para homens e mulheres
- a coerência das políticas entre as organizações internacionais.¹

Além disso, os líderes políticos e os líderes de importantes grupos de interesse partilharam com os restantes participantes as suas perspectivas sobre uma vasta série de questões relacionadas com a concretização dos Objectivos do Trabalho Digno para uma Globalização Justa.²

O Fórum promoveu um debate concreto e alargado. Registou os progressos alcançados a favor de uma globalização mais justa, desde a publicação em

¹ Consultar o sítio www.ilo.org/lisbonforum para mais informações, incluindo sobre a lista de participantes e os documentos contextuais de cada uma das seis áreas temáticas.

² Para o programa da reunião, consultar o Anexo 1 do Apêndice.

2004 do relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização.³ Ao mesmo tempo, manifestou a sua preocupação com as discrepâncias desses mesmos progressos e com as desigualdades e défices de trabalho digno que continuam a afectar demasiadas pessoas em demasiados países, bem como a confiança nas instituições designadas para gerir o processo de globalização. Contrariando esse cenário, o Fórum deu a conhecer alguns sinais recentes de empenho na criação de políticas sociais mais rigorosas nos países em desenvolvimento e nos países desenvolvidos, destacando alguns casos de sucesso de políticas e programas de promoção do Trabalho Digno, novas abordagens promissoras e áreas com carências de desenvolvimento. A necessidade de uma maior convergência entre as políticas nacionais e internacionais foi um tema repetidamente debatido.

Do debate, resultaram muitas ideias e sugestões que poderão inspirar os decisores políticos e intervenientes e incentivá-los a agir com mais assertividade. Essas ideias e opiniões foram apresentadas ao Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização do Conselho de Administração da OIT na sua sessão de Março de 2008 e serão incluídas na preparação do Quadro Político Estratégico da OIT para o período de 2010-2015.

O conteúdo e os resultados do debate demonstraram que, através de uma partilha aberta e construtiva de opiniões e conhecimentos técnicos rigorosos e da focalização na procura de soluções, é possível dialogar eficazmente sobre contenciosos de natureza política. É este o espírito subjacente à criação da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização da OIT. Os vários

membros dessa comissão, bem como um número significativo de representantes do Conselho de Administração da OIT são testemunhas desse mesmo espírito, tendo a sua presença em Lisboa conferido ao Fórum uma dimensão notável.

A ideia de convocar um Fórum para debater políticas em prol de uma globalização justa foi inicialmente lançada no relatório da Comissão Mundial. A Comissão conferiu um sólido apoio à missão de promoção do trabalho digno para todos da OIT, defendendo que este deverá tornar-se um objectivo global, a fim de concretizar o potencial que a globalização encerra de proporcionar

benefícios a todos. Graças à sua tradição de promoção do diálogo, a OIT estava bem posicionada para organizar um Fórum sobre a política da globalização, reunindo os mandantes tripartidos da OIT, as organizações internacionais e

“O relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização ajudou a comunidade global a ultrapassar os debates extremistas sobre a globalização e a empenhar-se num debate mais realista e equilibrado. Apresentou várias recomendações para uma globalização justa, nomeadamente a de reunir as organizações internacionais para a definição de um plano que contribua para uma forma mais coordenada e concertada de governação global. Este Fórum é uma continuação desse esforço.”

François Périgot, Presidente Honorário da Organização Internacional de Empregadores e membro da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização.

³ “Por Uma Globalização Justa: Criar Oportunidades para Todos”, relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, OIT, Genebra, 2004; ver também “O combate por uma globalização justa nos últimos três anos: Avaliando o impacto da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização”, por Hamish Jenkins, Eddy Lee e Gerry Rodgers, Instituto Internacional de Estudos do Trabalho, Documento de Trabalho n.º 175/2007 (www.ilo.org/public/english/bureau/inst/download/dp17507.pdf).

outros intervenientes relevantes, de modo a permitir a realização de um debate sobre as melhores soluções de promoção do trabalho digno.

Durante o Fórum de Lisboa, decorreram mais dois eventos paralelos, que demonstraram claramente que o interesse num debate aberto sobre as questões relacionadas com o trabalho digno para uma globalização justa vai além das habituais redes da OIT.

A União Interparlamentar (IPU) participou no Fórum através de alguns dos seus parlamentares e, em 31 de Outubro de 2007, organizou uma reunião específica de parlamentares, com vista a discutir soluções para facilitar a acção parlamentar em matéria de trabalho digno para uma globalização justa e alargar a sua cooperação com a OIT. As conclusões desta reunião foram apresentadas na sessão plenária do Fórum, num painel de parlamentares.⁴

Uma conferência internacional intitulada “Construindo o puzzle: coerência das políticas para o trabalho digno” foi também organizada em Lisboa, em 31 de Outubro de 2007, pela Confederação Sindical Internacional e pela Confederação Europeia de Sindicatos, em colaboração com o Global Progressive Forum, a Solidar e a Social Alert International. Os participantes aproveitaram a ocasião do Fórum da OIT para lançar a petição Apelo à Promoção do Trabalho Digno (“Call to Action for Decent Work”) integrada na campanha global “Trabalho Digno, Vida Digna” oficialmente apresentada no Fórum Social Mundial, organizado em Nairobi em 2006. A petição será publicada em todo o mundo e as assinaturas recolhidas serão apresentadas aos decisores políticos em eventos internacionais relevantes.⁵

O Espírito de Lisboa

O Fórum foi um ponto de partida para a OIT. Quatro motivos fizeram dele um evento tão importante.

Em primeiro lugar, revelou o genuíno interesse de muitas pessoas e organizações na Agenda para o Trabalho Digno e na sua relação com alguns dos temas mais importantes da actualidade: igualdade, equidade e justiça social na economia global. Os parlamentares, os membros da sociedade civil, as ONG, os líderes políticos e os “modeladores” de opinião encontraram em Lisboa uma

plataforma comum para promover o respeito dos direitos no trabalho, a protecção social e a oportunidade de participação e trabalho digno para todos. Encontraram ainda um parceiro fundamental para concretizar esses objectivos – a organização tripartida da OIT.

Em segundo lugar, os participantes no Fórum não trouxeram apenas a manifestação do seu interesse. Trouxeram a sua experiência em concretizar a

“Nós, representantes da OIT que participámos no Fórum, rapidamente começámos a falar num “espírito de Lisboa” ... a atmosfera de Lisboa tem quase tudo aquilo que eu, enquanto presidente do Conselho de Administração, considero ser necessário para a OIT à medida que avançamos no novo milénio.”

Sr. Dayan Jayatilaka, Presidente do Conselho de Administração da OIT

⁴ Ver Anexo 2 do Apêndice.

⁵ Ver Anexo 3 do Apêndice.

É cada vez mais visível a utilidade da Agenda para o Trabalho Digno no que respeita às escolhas políticas nacionais, à forma como podemos responsabilizar a classe política e levá-la a pensar no tipo de programas que podem implementar nos seus próprios países.”

John Sweeney, Presidente da American Federation of Labour and Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) e membro da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização

mudança. Falaram sobre novos programas alargados de assistência social, iniciativas de desenvolvimento de comunidades locais, quadros inovadores destinados a proporcionar oportunidades de trabalho digno aos trabalhadores migrantes, esquemas para o empreendedorismo jovem e desenvolvimento de competências – sendo cada história mais um passo na prossecução de condições de trabalho digno. Numa altura em que as desigualdades aumentam e

assumem mais visibilidade nas nossas sociedades, emergiu em Lisboa uma forte onda de políticas sociais. A Agenda para o Trabalho Digno insere-se neste ponto de viragem.

Em terceiro lugar, os participantes puderam aproveitar as lições práticas de desenvolvimento de políticas que revelam a necessidade de coerência, o valor da parceria e da colaboração, a importância dos dados e avaliações para a definição, monitorização e avaliação de políticas sensíveis. Esta aprendizagem é uma prática fundamental que a OIT deve encorajar, uma vez que contribui para a importante missão de promover o trabalho digno como objectivo global. É de facto uma tarefa prioritária da OIT criar uma plataforma pública para a partilha de boas práticas e conhecimento sobre questões sociais e laborais e para a promoção do diálogo político e da inovação política.

Em quarto lugar, foi particularmente encorajador ver as organizações internacionais e regionais tão envolvidas no debate sobre o trabalho digno. Num mundo de crescente interdependência económica, as instituições internacionais já não podem trabalhar isoladamente. Terão de incrementar o diálogo e cooperar de forma mais coerente. A OIT poderá orgulhar-se de ter ajudado a iniciar este processo e de o ter centrado no tema do Trabalho Digno.

Nem todas as questões foram resolvidas. No entanto, com a inclusão do trabalho digno na agenda dos decisores e dos políticos de todo o mundo, os resultados do Fórum têm sido muito positivos. O espírito de Lisboa – aberto, construtivo e empenhado – é um recurso fundamental para a comunidade internacional dar resposta a um desafio importante: procurar soluções e estratégias para libertar a capacidade produtiva das pessoas de todo o mundo.

O presente relatório resume os principais pontos abordados no Fórum, tendo como objectivo fornecer uma perspectiva dos debates e destacar as principais mensagens. O relatório apresenta um breve resumo dos principais resultados do Fórum (capítulo 2), bem como uma nota das intervenções mais importantes das sessões plenárias (capítulo 3). Salienta ainda alguns pontos dos debates que incidiram sobre as seis áreas temáticas, sobretudo aqueles que têm a ver com respostas políticas (capítulo 4), e contém um breve resumo das conclusões apresentadas pelos organizadores (capítulo 5). O programa do Fórum é apresentado no Anexo 1 do Apêndice. O Anexo 2 contém as conclusões da reunião organizada pela IPU e o Anexo 3 contém o texto integral do “Apelo à promoção do Trabalho Digno”.



*Um movimento
pelo Trabalho Digno*

2.

Principais resultados

Sólida convergência em torno do trabalho digno para uma globalização justa

Os debates revelaram uma sólida convergência de opiniões sobre o tema do trabalho digno para uma globalização justa, incluindo por parte das organizações que ainda não tinham tido a ocasião de trabalhar em estreita colaboração com a OIT. O actual processo de globalização foi por muitos qualificado de insustentável do ponto de vista económico, social, ambiental e político. Para evitar possíveis efeitos indesejados, foi essencial redefinir políticas a nível nacional e internacional para dar resposta às exigências mundiais de trabalho digno.

Este processo implicou uma maior harmonização das políticas de emprego e trabalho digno, a qual teve de começar pela criação de políticas nacionais mais justas e coerentes, tanto no domínio das agendas nacionais, como nas posições assumidas pelas organizações internacionais. A adequação das políticas varia consoante o contexto nacional, pelo que cada país precisou de alguma margem de manobra para adaptar as políticas nacionais às condições, capacidades e necessidades locais. Contudo, alguns princípios comuns e normas internacionais serviram de ponto de partida para o trabalho dos diferentes países e puderam ser abordados muitos temas em comum. Entre outros, a promoção da combinação de uma maior justiça social com a inclusão, o empreendedorismo e a inovação, o enfoque nas capacidades e competências locais, o reforço da protecção social de todos os trabalhadores e respectivas famílias e a criação de um quadro multilateral justo e regulamentar para o comércio, o investimento e a migração foram considerados passos fundamentais para progredir na matéria em questão.

Enfoque no desenvolvimento de políticas e na apresentação de resultados

Se, por um lado, o consenso em torno do objectivo do trabalho digno constituiu um objectivo importante, por outro lado, existia também um sentimento generalizado de que o desafio residia na sua implementação. Para alguns participantes, o Fórum marcou uma nova fase na Agenda para o Trabalho Digno. Uma fase principalmente assente na apresentação de resultados e na procura de um impacto na vida das pessoas. De facto, o Fórum forneceu dados e sugestões para a definição de programas e políticas sólidas e eficazes na área do trabalho digno, baseando-se na análise de experiências em vários cenários. O debate reflectiu o recente empenho de muitos países desenvolvidos e industrializados na implementação de políticas sociais mais rigorosas. Salientou a importância contínua do tripartismo e o potencial da sinergia entre os sectores público e privado para a formulação e execução de políticas. No Fórum, foram ainda comparados os desafios diários da implementação, incluindo questões relativas à capacidade, ao compromisso político e à coordenação entre as diversas agências e ministérios. As lições neste domínio têm particular valor para a OIT e outros intervenientes envolvidos na Agenda para o Trabalho Digno.

Progressos no reforço da convergência das políticas internacionais

Foram várias as referências ao valor da colaboração entre agências do sistema multilateral, bem como a exemplos passíveis de permitir um maior impacto com a união de forças na promoção do trabalho digno. Tais progressos ajudam a concretizar novas iniciativas e promovem a mudança nas perspectivas

“O próximo passo consiste na criação de um conjunto de ferramentas que permitam aos países implementar a Agenda para o Trabalho Digno de forma adaptada às reais necessidades dos trabalhadores e dos empregadores de cada país.”

Honorée Epee Kotto, Fundo Nacional para a Segurança Social dos Camarões

de muitas agências internacionais que participaram no Fórum. Os representantes da FAO, do FMI, da UNCTAD, do PNUD, da UNESCO, da UN-HABITAT, do UNRISD, do Banco Mundial e da OMC participaram activamente nas discussões do Fórum.

A questão da convergência das políticas internacionais foi um dos principais temas debatidos. Apesar de reconhecer as diferenças em termos de mandatos, abordagens e estruturas de

cada agência, a discussão revelou que existem meios práticos e instrumentos para promover o diálogo e aumentar a coordenação e a sinergia. Um dos instrumentos – o Kit de Ferramentas para Integrar o Emprego e o Trabalho Digno, aprovado pelo Conselho de Coordenação Executivo das Nações Unidas – foi considerado uma solução promissora.

Novas oportunidades de colaboração e sensibilização

O Fórum proporcionou uma oportunidade de promover a Agenda para o Trabalho Digno entre organizações internacionais e regionais, sobretudo no seio da ASEA, da OCDE e da União Europeia. O Eng. José Sócrates, Primeiro-Ministro de Portugal, salientou a convergência entre as dimensões interna e externa da Estratégia de Lisboa e a promoção do trabalho digno para uma globalização justa. A Comissão Europeia comprometeu-se igualmente a apoiar a Agenda para o Trabalho Digno no contexto das relações entre Estados-Membros e países terceiros.

Um maior envolvimento dos grupos parlamentares foi outro resultado alcançado pelo Fórum. Os representantes da União Interparlamentar (IPU) reiteraram, em Lisboa, o seu empenho na criação de um grupo internacional

“Temos de envolver a classe política na Agenda para o Trabalho Digno – os membros do Parlamento, aqueles com mandatos de representação dos cidadãos, os legisladores, sobretudo aqueles que aprovam os orçamentos e podem influenciar as prioridades nos programas governamentais.”

Anders Johnsson, Secretário-Geral da União Interparlamentar (IPU)

de consultoria parlamentar no domínio do emprego e do trabalho digno, com vista a definir um programa de trabalho com a OIT e a preparar ferramentas para ajudar os parlamentares a promover a coesão política, ao nível nacional e internacional, no que respeita ao tema do trabalho digno para uma globalização justa.

Outro interveniente importante – a campanha “Trabalho Digno, Vida Digna” (TDVD), uma coligação que

abrange o movimento sindical internacional e organizações da sociedade civil – aproveitou a oportunidade do Fórum para lançar o Apelo à Promoção do Trabalho Digno, uma iniciativa de larga escala para mobilizar e promover a consciencialização das pessoas em todo o mundo (www.decentwork.org).

Uma plataforma única para o diálogo global

Por fim, o Fórum confirmou o valor do método de trabalho promovido pela OIT, baseado no diálogo. Revelou a capacidade única da Organização de criar

“São poucos os locais e oportunidades no mundo que permitem um debate tão aberto e com uma tal pluralidade e categoria de participantes.”

Carlos Tomada, Ministro do Trabalho, do Emprego e da Segurança Social da Argentina

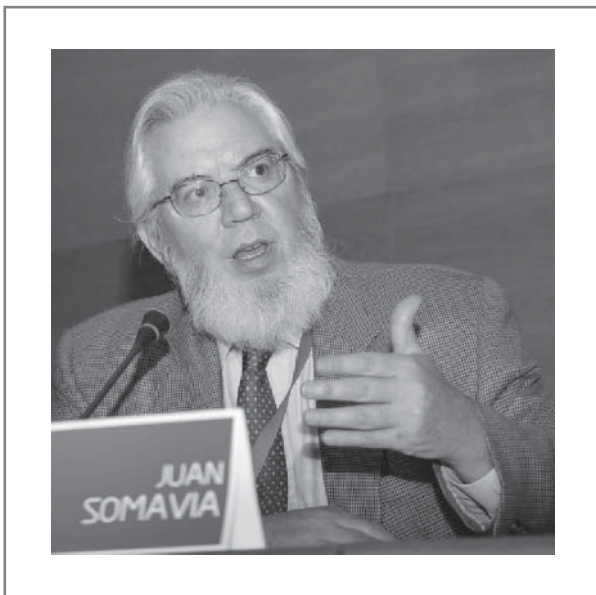
uma plataforma para assegurar, de entre uma variedade de interesses, um debate específico sobre temas problemáticos. O debate de ideias com pessoas com diferentes perspectivas e abordagens ajudou a compreender melhor os pontos de vista de cada participante, facilitando a implementação de políticas e inovações e a definição de um acordo alargado de acção comum.

“Há quatro anos, não teria acreditado que seria possível reunir aqui ,pela mesma causa do Trabalho Digno, tantas pessoas do governo, dos sindicatos, do sector empresarial e da sociedade civil. Este é um feito extraordinário. É o início de uma campanha [...] para transformar o Trabalho Digno no motor do tipo de globalização que desejamos.”

Giampero Alhadeff, antigo Secretário-Geral da Solidar e Secretário-Geral do Partido Trabalhista Britânico no Parlamento Europeu

3. *Resumo dos procedimentos*

Sessão de abertura do plenário



Juan Somavia, Director-Geral da OIT, deu início aos trabalhos do Fórum salientando que a prioridade política e económica consiste, actualmente, em implementar políticas capazes de promover a oportunidade, reduzir a desigualdade e responder ao apelo geral de uma globalização justa. Para tal, foi necessário promover um diálogo intenso e definir medidas para unir as várias partes na definição de respostas inclusivas ao desafio do Trabalho Digno. Esta foi a essência do Fórum: uma reunião de pessoas de várias proveniências, representando uma comunidade global de actores públicos e privados convergindo para aquilo que designou por “movimento emergente e global pelo Trabalho Digno”. O Director-

Geral afirmou que o verdadeiro teste ao desenvolvimento era não só a redução da pobreza, mas também a inversão da tendência global para o aumento da desigualdade. Salientou ainda a necessidade de promover o reconhecimento internacional de que todas as pessoas de todas as sociedades têm direito a uma “plataforma social” definida em função das circunstâncias, meios e prioridades nacionais, associando investimentos sociais a oportunidades de mercado com vista a aumentar a mobilidade social baseada na criação de melhores empregos. Foi necessária uma forte vontade política para garantir a partilha dos benefícios da globalização, afirmou, bem como uma sólida sensibilização e motivação das pessoas para entrarem em acção.



José Sócrates, Primeiro-Ministro de Portugal, apresentou, em nome do seu Governo, a seguinte definição de trabalho digno: “o conceito mais poderoso e a ferramenta mais efectiva que a comunidade internacional já produziu para a promoção de opções políticas susceptíveis de se traduzir em respostas concretas para lidar com os efeitos da globalização.” Além disso, chamou a atenção para o facto de os conceitos de trabalho digno e globalização justa terem sido gradualmente aceites e adoptados pela União Europeia. O Primeiro-Ministro comprometeu-se ainda,

sob a presidência portuguesa da União Europeia, a intensificar a cooperação com a OIT nestas áreas, que descreveu como “uma verdadeira responsabilidade histórica da Europa”. Para tal, afirmou ser sua intenção melhorar o potencial da Estratégia de Lisboa, quer em termos da sua dimensão social interna, quer em termos da cooperação externa. Por último, insistiu na urgência de criar, nas actuais condições mundiais, “mecanismos de regulação da globalização e compromissos concretos em torno dos patamares básicos de cidadania a que cada ser humano tem de ter acesso”.

Dayan Jayatilleka, Presidente do Conselho de Administração da OIT, descreveu o título do Fórum como um conceito “axial”. Por um lado, a Agenda para o Trabalho Digno debruçou-se sobre as duas problemáticas mais importantes para a humanidade: a pobreza e a alienação. Por outro lado, uma “globalização justa” foi uma resposta aos participantes mais fundamentalistas do debate sobre a globalização. Uma globalização mais justa permitiria preservar os factores de integração e de unificação da revolução da informação, mas,

através do trabalho digno, reduziria a desigualdade no seio e entre comunidades, nações e classes sociais. Acrescentou que, a não ser que todos possam usufruir de uma globalização mais justa e de condições de trabalho dignas, não será possível resolver outros problemas prementes, nomeadamente as alterações climáticas, a violência e o terrorismo.

“A globalização ética não é possível sem a globalização da ética do trabalho digno. E sem a globalização dessa ética, a própria globalização não será sustentável.”

Dayan Jayatilleka, Presidente do Conselho de Administração da OIT

Na opinião de **Daniel Funes de Rioja, Vice-Presidente do Grupo de Empregadores do Conselho de Administração da OIT**, as liberdades económica e política consolidam-se mutuamente. Apontou muitos dos benefícios associados à globalização (em termos de redução da pobreza, promoção da democracia e comércio livre e intercâmbio de ideias e conhecimento), mas avisou que, até à data, demasiadas pessoas e países continuavam excluídos

do processo. Salientou a importância de alcançar um consenso alargado no que diz respeito à criação de um “quadro de políticas adequado” destinado a garantir o maior nível possível de integração do processo de globalização. Referiu, em particular, o impulso dado pelo consenso alcançado na sessão de 2007 da Conferência Internacional do Trabalho sobre a Promoção das Empresas Sustentáveis. Entre outros factores, destacou a importância de uma cultura de empreendedorismo para a construção de economias de sucesso, de quadros reguladores da inovação e da competição e de oportunidades de desenvolvimento de competências para limitar as armadilhas dos baixos salários e o aumento das desigualdades salariais. Afirmou ainda que as redes de segurança social são um aspecto essencial da globalização, desde que não constituam um obstáculo ao emprego e à competitividade empresarial. Na sua opinião, a ênfase dada à “segurança no posto de trabalho” deveria ser transferida para a “segurança no emprego”, assente na protecção do indivíduo e não na protecção de postos de trabalho não competitivos. O diálogo é absolutamente essencial para promover uma maior compreensão das vantagens e desvantagens da globalização. Por fim, alertou para o risco de se desvanecerem os benefícios das três últimas décadas, se as preocupações actuais com a globalização fossem ignoradas. “Na ausência de um debate aberto, a insegurança pode levar à exigência de políticas reaccionárias [...]. Isso não interessa a ninguém.” Insistiu no papel da liderança que as empresas têm de assumir na articulação do seu papel e responsabilidade na sociedade, e naquilo que é ou não aceitável em termos de práticas empresariais.

Sir Roy Trotman, Vice-Presidente do Grupo de Trabalhadores do Conselho de Administração da OIT, afirmou que o “Apelo à Promoção do Trabalho Digno”, lançado nessa manhã no âmbito da Campanha “Trabalho Digno, Vida Digna”, deveria obter uma resposta positiva da OIT e de todas as instituições internacionais, as quais deveriam cooperar de forma coesa para assegurar a sua concretização. Afirmou que o Trabalho Digno teria de ser colocado no centro da governação global, um objectivo universal em todo o sistema das Nações Unidas, incluindo o comércio internacional e as instituições financeiras. Em especial, afirmou que os acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio não deveriam ocorrer em detrimento dos compromissos assumidos pelos governos noutras instituições internacionais. Chamou a atenção para a pertinência actual dos princípios fundadores da Constituição da OIT, de 1919, e da Declaração de Filadélfia, de 1944, e para a contínua relevância das conclusões e normas tripartidas. Mencionou os esforços enviados na Conferência Internacional do Trabalho para reforçar a OIT com vista a tornar o Trabalho Digno “numa prática eficaz de um mundo globalizado”. Salientou ainda que uma abordagem integrada aos quatro objectivos estratégicos da Agenda para o Trabalho Digno permitiu à OIT estabelecer um conjunto forte e coeso de ferramentas de desenvolvimento, aos níveis nacional e global, para responder aos desafios que marcam os nossos dias. Por último, realçou a satisfação do Grupo de Trabalhadores pelo facto de os mandatários tripartidos serem constituídos por parlamentares e organizações da sociedade civil, abrindo caminho à criação de parcerias com outras organizações para a concretização dos objectivos.

“Tal como hoje, a sustentabilidade ambiental tem um enorme potencial mobilizador de vontades e de movimentos sociais, tal como a defesa dos direitos humanos, das liberdades tem um enorme potencial de escrutínio das opções dos poderes, também, creio, que o conceito de ‘trabalho decente’ pode ter um enorme efeito mobilizador acerca da forma como vamos construindo os nossos laços de relações que nos cruzam no planeta.”

José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal

José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social de Portugal, revelou o motivo pelo qual o seu governo considera o trabalho digno um conceito tão poderoso para moldar uma globalização mais justa. Sugeriu que o debate sobre o «trabalho digno» assumiu, num curto espaço de anos, a dimensão de um debate global devido à sua força e “densidade ética” e pelo facto de encerrar muitas facetas passíveis de serem aplicadas com flexibilidade e eficácia desde o nível das comunidades locais

ou das empresas até ao nível global. Não se tratou apenas de uma resposta às feridas, às fracturas geradas pelo processo de globalização, mas de uma ferramenta com condições para transformar aspectos decisivos do processo de desenvolvimento da globalização. Na sua opinião, o conceito incentiva os cidadãos a mobilizar as vontades políticas, por se tratar de um eficaz instrumento de escrutínio das decisões e da forma como elas se concretizam na nossa vida colectiva. O ministro concluiu a sua intervenção afirmando que o Trabalho Digno poderia transformar-se “num instrumento de avaliação da sustentabilidade das nossas opções colectivas”.

Intervenções principais do plenário

Surin Pitsuwan, Secretário-Geral designado da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e membro da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, forneceu uma perspectiva global da experiência asiática em termos de globalização e dos desafios que o continente enfrenta no que respeita à Agenda para o Trabalho Digno. Apesar de, nos últimos anos, se terem verificado taxas de crescimento global significativas, continua a aumentar o fosso entre ricos e pobres em termos nacionais e internacionais. “Se não tivermos cuidado, este fosso transformar-se-á na falha estrutural que ameaçará a nossa comunidade global a longo prazo.” Na sua opinião, o desempenho económico asiático não foi acompanhado pelo desempenho em termos de criação de emprego. “As recentes taxas de desemprego, incluindo entre diplomados universitários, revelam um forte crescimento em relação às taxas de há cinco ou sete anos, posicionando-se claramente acima do nível de crise pré-financeiro.” Observou com preocupação que a Ásia estava em risco de não conseguir responder às necessidades daqueles a quem chamou a “Geração do Milénio”, ou seja, os jovens de todo o mundo que estão a tentar entrar no mercado de trabalho na viragem do século, 60% dos quais de origem asiática. Contudo, “mesmo quando as pessoas têm empregos, o seu nível de insegurança é elevado devido à forte concorrência global e à flexibilidade dos contratos de trabalho. Além disso, a vasta maioria dos trabalhadores da economia informal não usufrui de qualquer tipo de protecção social”. Salientou a necessidade de

combinar os investimentos realizados em sectores dinâmicos com os investimentos em sectores que empregam a maioria dos trabalhadores, tendo em vista equilibrar os objectivos de emprego e de produtividade. A intervenção terminou com um apelo firme ao cumprimento dos compromissos relacionados com a liberalização do mercado agrícola nos países industrializados, com vista a promover o trabalho digno para milhões de pobres dos países em desenvolvimento que ainda trabalham na agricultura.

O Sr. Vladimir Špidla, Comissário Europeu do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades afirmou que a Comissão Europeia (CE) atribui grande importância a uma melhor distribuição dos benefícios e dos riscos da globalização no âmbito nacional e internacional e que considera o trabalho digno um factor fundamental para o desempenho económico, a produtividade e o desenvolvimento sustentável. O Comissário Špidla destacou ainda a necessidade de se alcançar uma maior coesão política no âmbito da governação multilateral, salientando que tal só poderá ser concretizado se as próprias políticas nacionais forem mais convergentes. Descreveu detalhadamente as iniciativas implementadas pela União Europeia e pela Comissão no sentido de reforçar a dimensão social da globalização e promover o trabalho digno para todos, afirmando que a Comissão tem vindo a reforçar, ao longo dos anos, a sua cooperação e diálogo político com a OIT. Chamou ainda a atenção para o facto de o emprego, o trabalho digno e a coesão social serem uma parte integrante do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, que permite a elegibilidade de países não comunitários para apoios externos, nomeadamente o apoio a programas nacionais de trabalho digno. Ainda há muito a fazer, afirmou, pois o emprego e o trabalho digno só começaram a ser incluídos na governação internacional e nas estratégias de desenvolvimento após a Cimeira Mundial das Nações Unidas, organizada em 2005.

Mats Karlsson, Vice-Presidente do Comité de Alto Nível sobre Programas (HLCP) do Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas (CEB) e Director de país do Banco Mundial, afirmou que a comunidade internacional desenvolveu uma estrutura de consenso político onde a Agenda para o Trabalho Digno se encontra agora bem ancorada. Na sua opinião, aquilo que é urgentemente necessário são ferramentas que permitam implementar o sistema multilateral. No que diz respeito à questão da desigualdade e da pobreza, existem ferramentas de medição e análise disponíveis. O mesmo não acontece com o emprego. Mesmo os ministros mais experientes, afirmou, podem sentir dificuldades quando se deparam com questões relacionadas com o emprego. “Os políticos simplesmente não dispõem da profundidade [de conhecimentos necessários] para abordar as questões do emprego como abordam o tema do crescimento económico ou da redução da pobreza.” Nos países em desenvolvimento, existe ainda uma enorme carência de dados que tem de ser urgentemente colmatada. Os indicadores para o emprego das estratégias de desenvolvimento nacional, se existentes, são muitas vezes insuficientes. O *Kit de Ferramentas para Integrar o Emprego e o Trabalho Digno* foi criado com vista a facilitar, na prática, a abordagem dessas questões. O kit de ferramentas resultou de um esforço colectivo do sistema multilateral, que integra o

Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas (CEB), o qual considerou o tema do emprego e do trabalho digno um tema transversal em que os esforços sistemáticos poderiam ter um impacto significativo. A lista de perguntas contidas no kit de ferramentas ajudou as agências integradas neste sistema a aumentar a sensibilização para as questões e políticas de trabalho digno e ajudou a identificar áreas com carências em termos de capacidades. O processo culminará numa melhor monitorização e avaliação das políticas de cada organismo, incentivará à aprendizagem entre pares e criará sinergias e oportunidades de trabalho conjunto. Contudo, o principal indicador de sucesso terá a ver com a possibilidade de o kit de ferramentas poder ser desenvolvido e utilizado por decisores políticos ao nível nacional.

Abraham Katz, Presidente da Organização Internacional de Empregadores, afirmou que a globalização difundiu o crescimento e a prosperidade e ajudou a tirar muitas pessoas da pobreza. Contudo, muitas pessoas continuaram pobres à medida que os rápidos progressos tecnológicos acentuavam as disparidades salariais e agudizavam o seu sentimento de abandono. Sugereu que o objectivo principal das políticas do mercado de trabalho fosse, não a “segurança no posto de trabalho”, mas a “segurança no emprego”, em que os trabalhadores têm de adaptar-se a novos postos de trabalho em função das mudanças resultantes da globalização. Neste caso, seriam claras as dificuldades que se colocariam a cada trabalhador. O desafio da OIT consistiria em ajudar as economias nacionais a implementar tais mudanças, reduzindo os seus efeitos adversos. Na sua opinião, muitas das orientações políticas adoptadas em documentos conjuntos (incluindo no seio da OIT) há cerca de 20 anos (sobre a importância da flexibilidade para a adequação à mudança) permanecem válidas actualmente, mesmo quando se trata de abordar os novos desafios decorrentes da revolução do conhecimento.

O processo de adequação seria constituído pelas seguintes componentes: estabilização, liberalização e privatização. Tais componentes teriam de ser associadas a políticas orientadas para a questão dos trabalhadores migrantes, incluindo o tema da educação, da formação e da reciclagem e a promoção da mobilidade (segurança no emprego). Abraham Katz afirmou ainda que este processo seria aplicado da mesma forma aos países desenvolvidos e em desenvolvimento, salientando que a responsabilidade dos países desenvolvidos de implementarem políticas de ajustamento estrutural está intimamente associada aos progressos das negociações comerciais de Doha. Advertiu também que o actual ritmo acelerado das mudanças está a desencadear, em muitos países, uma onda de protestos contra a globalização e alertou essencialmente para o risco do aumento do unilateralismo na governação dos mercados que “levaria a uma espiral descendente de políticas de protecçãoismo exacerbado e medidas com danos económicos remanescentes da década de 1930...” A actual ronda de negociações comerciais não pode, portanto, falhar.

Guy Ryder, Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional, chamou a atenção para o surpreendente consenso alcançado durante o Fórum – não só pelos mandantes tripartidos da OIT mas também por outros actores relevantes – no que diz respeito à necessidade de uma globalização justa e

“Este Fórum marca o fim da primeira fase da Agenda para o Trabalho Digno e o início da segunda fase. A primeira fase centrou-se na sensibilização, compreensão e aceitação das responsabilidades comuns e diferentes do Trabalho Digno. [...] A segunda fase tem a ver com a apresentação de resultados, o acabar com os défices de Trabalho Digno e o impacto na vida dos cidadãos.”

Guy Ryder, Secretário-Geral da Confederação Sindical Internacional

ao papel fundamental da Agenda para o Trabalho Digno. Esse foi um feito extraordinário. Contudo, esta conjuntura (e o próprio Fórum) teve de estabelecer um ponto de transição, o fim de uma fase e o início de outra. A segunda fase da Agenda para o trabalho digno, sugeriu, seria a apresentação de resultados. Tal procedimento permitiria submeter o consenso alcançado a um verdadeiro teste. Todos concordam que as actuais condições do mercado de trabalho mundial são difíceis. Por si só, o

forte crescimento global não é solução, pois as desigualdades estão a aumentar em praticamente todos os domínios centrais, sobretudo as desigualdades em termos de rendimentos do trabalho e do capital. “Se considerarmos que a OIT e outros agentes conseguiram transferir para a Agenda para o Trabalho Digno uma necessidade global e que a conjuntura do mundo do trabalho se está a afastar cada vez mais da nossa visão de Trabalho Digno, podemos concluir que estamos a entrar numa etapa decisiva: uma etapa em que, a não ser que consigamos responder eficazmente aos desafios, as prioridades de mudança nos conduzirão a uma situação de ruptura.” Nesta questão, concordou com o aviso de Abraham Katz de que a globalização não pode ser considerada um dado adquirido. É essencial agir em duas direcções: promover uma maior coerência na elaboração das políticas internacionais, passando pela convergência das políticas nacionais em organismos internacionais; e transpor a Agenda para o Trabalho Digno para o nível nacional, nomeadamente através dos Programas Nacionais de Trabalho Digno. Desta forma, a OIT partilharia as suas responsabilidades com os sindicatos nacionais, os empregadores e os governos.



Mary Robinson, Presidente da *Realizing Rights: The Ethical Globalization Initiative*, revelou que a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização foi uma fonte de inspiração importante para o seu próprio projecto *The Ethical Globalization Initiative* e manifestou o seu agrado com os progressos realizados desde o lançamento do Relatório da Comissão Mundial. Contudo, uma globalização mais justa continua a ser uma promessa por concretizar. O seu trabalho actual consiste em colocar os direitos humanos no centro dos processos de governação e decisão política, com o objectivo de reforçar as capacidades locais e nacionais e procurar formas de consubstan-

“Da mesma forma que os direitos humanos são universais e se aplicam a todos nós, o direito à protecção social também se aplica a todos nós, independentemente do tipo de trabalho que temos ou do local onde vivemos. Aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar convosco na mudança do paradigma, necessária para entrar na próxima fase do tema do trabalho digno, que criará uma globalização mais justa para todos.”

Mary Robinson, Presidente da Realizing Rights: The Ethical Globalization Initiative

ciar os direitos humanos, sobretudo os direitos sociais e económicos. O maior obstáculo na base de todos os direitos não garantidos é o mesmo: as desigualdades nacionais e internacionais e o desequilíbrio de poderes e influências.

A sua iniciativa tem apoiado o trabalho da OIT e de outros agentes no domínio do Trabalho Digno. No que diz respeito ao comércio internacional, manifestou-se preocupada com o facto de as negociações internacionais nem sempre se pautarem pelos princípios de justiça. As reformas no mercado deveriam ser avaliadas pela sua capacidade

de promover mais e melhores empregos e pelo seu impacto nas camadas sociais economicamente mais desfavorecidas. No que diz respeito à economia informal, lembrou a boa impressão com que ficou após uma visita a um projecto de Trabalho Digno implementado no Gana pela OIT. O projecto proporcionava uma abordagem integrada, incorporando um conjunto inovador de intervenções baseadas na iniciativa individual e no empreendedorismo, combinado com a força das associações e da acção colectiva. Chamou a atenção para o facto de o trabalho digno continuar a ser ignorado na grande maioria dos discursos de responsabilidade social das empresas quando se trata de proteger as cadeias de valor empresariais. Mas essas cadeias de valor incluem milhões de agricultores, comerciantes e artesãos da economia informal. No que respeita a esta questão, lembrou que os factos demonstram que, nos casos em que as empresas e os governos se empenham na promoção dos direitos humanos, os resultados têm sido muito positivos.

Mary Robinson chamou ainda a atenção para a importância de promover os direitos das mulheres. Em certos segmentos da economia informal, é patente a desproporcionalidade da representação feminina, com salários reduzidos e risco elevado de pobreza. Ao mesmo tempo, verificaram-se vários movimentos globais inspirados ou conduzidos por líderes femininas, incluindo movimentos pelo ambiente, pela habitação condigna, pelos direitos da mulher, movimentos microfinanceiros e movimentos dos trabalhadores do sector informal, tais como a Associação das Mulheres Auto-Empregadas (SEWA – Self Employed Women’s Association). Todos estes movimentos contribuíram de forma substancial para dar voz às bases femininas e conferir visibilidade às suas condições de vida e de trabalho, incluindo à sua vulnerabilidade económica.

Por fim, Mary Robinson apelou a todos os participantes que assinalassem o 60.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 10 de Dezembro de 2008. No seu entender, o aniversário da Declaração Universal e o 10.º aniversário da Declaração da OIT relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, em 2008, poderão constituir uma oportunidade para, em termos práticos, fazer avançar a Agenda para o Trabalho Digno.

Painel de Parlamentares



Esta sessão foi organizada em colaboração com a IPU, que já tinha levado a cabo uma reunião com os parlamentares, em que os participantes adoptaram conclusões e teceram uma série de recomendações à IPU, nomeadamente para estabelecer um “grupo de consultoria parlamentar” sobre o emprego e o trabalho digno. O grupo terá representação da OIT e desenvolverá ferramentas específicas para apoiar os parlamentares nos múltiplos aspectos a ter em conta no domínio do trabalho digno para uma globalização justa, inspirando-se no exemplo do Kit de Ferramentas para Integrar o Emprego e o Trabalho Digno do CEB.

A senadora Sheila Carstairs do Canadá afirmou que os parlamentares presentes no Fórum adoptaram tais recomendações pelo facto de os parlamentos não se empenharem como deveriam na agenda do trabalho digno para uma globalização justa. Na sua opinião, os parlamentares são responsáveis por todas as acções legislativas adoptadas nos respectivos países e deveriam colaborar mais com a OIT. Por último, salientou a importância do grupo consultivo proposto.

O senador Heráclito Fortes da República Federativa do Brasil realçou aquilo a que chamou a “importância histórica” do evento OIT-IPU. Ao debruçar-se sobre os desafios que os parlamentares enfrentam no Brasil, apontou para as dificuldades que se colocam à aplicação da legislação laboral, nomeadamente quando se trata das actuais formas de trabalho escravo. Salientou a dificuldade de conciliar o ritmo lento do processo legislativo com a rapidez

das mudanças no mercado de trabalho. Insistiu ainda na importância da cooperação parlamentar regional e inter-regional no domínio da dimensão social da globalização. O senador afirmou também que os ensinamentos retirados da experiência da legislação laboral europeia estão a começar a ser aplicados na região do Mercosur, sobretudo no que respeita à protecção social. Por último, chamou a atenção para a necessidade de consolidação do trabalho conjunto dos parlamentares e da OIT.

Poul Nyrup, Membro do Parlamento Europeu e Presidente do Partido Socialista Europeu, afirmou não ser difícil conseguir um apoio unânime ao trabalho digno. A dificuldade reside na sua implementação. Citou o exemplo dos Acordos de Parceria Económica (APE), que foram alvo de preocupações generalizadas quanto à sua compatibilidade com certos aspectos da Agenda para o Trabalho Digno. Insistiu que, nas negociações internacionais, as regiões mais ricas do mundo têm de ser coerentes com os seus compromissos em termos de promoção do trabalho digno. Na sua opinião, a Agenda para o Trabalho Digno ainda é pouco conhecida entre os parlamentares. Não obstante, é essencial integrá-la nos debates sobre as políticas de comércio, investimento e desenvolvimento. Apontou com preocupação novos desenvolvimentos nos mercados financeiros globais, nomeadamente o crescimento dos fundos de acções privados, dos *hedge funds* e dos investimentos bancários, cujas operações se concentram fora da alçada do Direito internacional e cujo impacto poderá, na sua opinião, prejudicar seriamente os objectivos associados ao trabalho digno. Assim, sugeriu o início de um diálogo tripartido com os principais actores dos mercados financeiros, com vista a assegurar a compatibilidade das suas decisões de investimento com o Trabalho Digno.

“As questões relacionadas com o trabalho e o emprego são, de certa forma, aquelas que determinam a eleição, ou não, de um membro do parlamento: ‘Se não criou empregos, por que motivo deverei contribuir para a sua reeleição?’ Isto significa que o tema sempre esteve na ordem do dia. Contudo, o Trabalho Digno e a Globalização Justa não são conceitos com os quais os políticos se sintam realmente confortáveis ou familiarizados... Precisamos de sensibilizá-los e informá-los... Na IPU, certificar-nos-emos de que a Agenda para o Trabalho Digno ocupará uma posição central na nossa própria agenda e de que os nossos membros serão incentivados e chamados a participar neste processo. Existe aqui uma enorme base de conhecimento. Os debates em que temos participado têm sido extraordinariamente interessantes.”

Anders Johnsson, Secretário-Geral da União Interparlamentar (IPU)

4.

Destaques das Sessões Temáticas

**Sessão 1: Empregabilidade: educação, desenvolvimento
de competências e tecnologia – *Colmatar défices de conhecimento***



Esta sessão foi presidida por **François Périgot**, Presidente Honorário da Organização Internacional de Empregadores (OIE). O painel de membros incluiu: **Maria João Rodrigues**, Conselheira do Primeiro-Ministro português para a Presidência da UE, **Mark Richmond**, UNESCO; **Phil O'Reilly**, Business Nova Zelândia; **Jan Eastman**, Education International

Destaques do debate

Os participantes foram unânimes em concordar que uma educação de qualidade é um direito humano universal e uma condição prévia para o trabalho digno. A educação é a chave do desenvolvimento pessoal, ajudando a criar

as bases de empregabilidade e contribuindo para a promoção do progresso económico e social.

Uma educação básica de qualidade e a tempo inteiro é também considerada a melhor forma de eliminar o trabalho infantil e de combater a discriminação e a desigualdade, como o comprovam países como o Brasil e Portugal. Destaca-se ainda a importância de facilitar o acesso à educação de raparigas e mulheres jovens dos meios rurais, com vista a evitar estereótipos associados ao género.

“Acredito realmente que a Agenda para o Trabalho Digno pode tornar-se uma agenda completa do desenvolvimento através do aumento da coesão política. O enfoque em mais e melhores empregos é o cerne desta questão [...] Os melhores empregos estão ligados a melhores condições de trabalho e dependem directamente do conteúdo das competências.”

Maria João Rodrigues, Conselheira do Primeiro-Ministro Português para a Presidência da UE

Em termos gerais, estima-se que 70 milhões de crianças em todo o mundo não frequentam a escola e que 774 milhões de pessoas não possuem qualquer grau de literacia. Esta é uma questão verdadeiramente preocupante. Foi apontada a necessidade de atribuir mais recursos à concretização das metas educativas previstas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e na campanha Educação para Todos. A falta generalizada de docentes qualificados, motivada pelos cortes orçamentais e por outras reduções da despesa pública, também foi denunciada.

O enfoque dado à educação básica para todos foi fundamental, mas não suficiente. A promoção do crescimento e do desenvolvimento deve passar pela formação de competências através do fornecimento de educação secundária

e superior, bem como de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. A necessidade de assegurar a continuidade da educação e da formação foi fortemente apoiada. As competências têm de ser desenvolvidas ao longo de

“O ensino deve ser um trabalho digno”

Jan Eastman, Education International

toda a vida activa do indivíduo. A aprendizagem ao longo da vida é a única forma de as competências conseguirem acompanhar o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas e de organização do trabalho promovidas pela globalização. Por este motivo, a empregabilidade deverá ser promovida através de uma abordagem holística susceptível de fornecer às pessoas uma “cadeia coesa de oportunidades” nas suas transferências de uma escola para outra, da escola para o mercado de trabalho e de um emprego para outro.

Os sistemas de educação e formação devem fornecer não só competências técnicas, mas também competências essenciais à empregabilidade. Estas são constantemente procuradas pelos empregadores de todos os países e incluem aptidões relacionadas com a comunicação, a aquisição e a aplicação de novas informações, a capacidade de resolver problemas e de trabalhar em equipa.

A globalização pressiona quase todas as actividades económicas (pequenas e grandes) a inovar. Desde os primeiros anos de escolaridade, os jovens têm de ser preparados para serem criativos e utilizarem todos os recursos à sua disposição. As economias premeiam largamente as competências que promovem a capacidade de arranjar e manter um emprego, mudar de emprego e adequar-se às mudanças tecnológicas e das condições do mercado de trabalho. Sugeriu-se que os países deveriam investir mais na identificação das actividades e competências com maior potencial de criação de emprego. Este tema deveria ser tratado em vários debates de nível nacional e envolver os principais actores do mercado de trabalho.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Competências na África do Sul

O Sr. Kettleidas, do Ministério do Trabalho da África do Sul, apresentou uma descrição da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Competências do seu país – uma iniciativa destinada a aumentar o investimento no desenvolvimento de uma mão-de-obra qualificada e a melhorar a qualidade da educação e formação na África do Sul. A estratégia, financiada através da aplicação de um imposto de 1% ao sector empresarial, está direccionada para jovens, mulheres e pessoas com deficiência. Inclui a ministração de educação e formação básica para adultos, o reconhecimento de aprendizagens anteriores e novos programas nacionais de formação certificados (designados “learnerships”), orientados para jovens empregados e desempregados e incluindo a experiência na sala de aula ou no emprego. A estratégia valoriza explicitamente o papel dos parceiros sociais, criando autoridades sectoriais de educação e formação destinadas a produzir as competências de que os sectores económicos necessitam. Os trabalhadores e os empregadores são envolvidos no desenvolvimento de planos de competências para o mercado de trabalho, que culminam em planos de competências sectoriais. Paralelamente, o Quadro Político Industrial Nacional reconhece a importância da coesão política e a necessidade de alinhar o desenvolvimento de competências e o sistema educativo com as políticas económicas e industriais, a conjuntura macroeconómica e regulamentar e as infra-estruturas modernas.

Os programas de segunda oportunidade são um recurso importante para colmatar as falhas da educação e do mercado de trabalho. As políticas activas de mercado de trabalho que oferecem um pacote de serviços integrado, incluindo literacia e ensino recorrente para as pessoas que abandonaram o sistema de ensino, formação no mercado de trabalho, orientação profissional e formação para o empreendedorismo, deverão promover a inclusão no mercado de trabalho de pessoas que não tenham tido acesso às bases educativas e formativas ou que necessitem de melhorar o seu nível de empregabilidade.

Os governos deverão desenvolver e manter um Quadro Nacional de Qualificações que permita reconhecer a acumulação da aprendizagem ao longo da vida e das experiências de aprendizagem anteriores, incluindo das pessoas integradas na economia informal.

“Os ministros e as agências nacionais parecem viver em ‘silos’ com paredes grossas, portas estreitas e poucas ou nenhuma janelas. [...] Regra geral, o ministro da Educação e o ministro do Trabalho não dialogam entre si, nem o respectivo pessoal. Esta falta de coesão e coordenação nas políticas e nos programas tem custos elevados em termos de eficiência, relevância, desperdício, duplicação e eficácia.”

Marc Richmond, UNESCO

Contudo, muitas vezes, as políticas e sistemas de educação e formação não estão interligados. Os centros de formação, as escolas secundárias e as universidades não se encontram integrados. Funcionam como blocos isolados e não como um grupo coeso e coordenado. Nenhum apoio foi igualmente prestado aos estudantes nos seus momentos de transição entre diversos tipos e níveis de educação. A rigidez das estruturas e o isolamento das diversas modalidades educativas estão a prejudicar os jovens.

Precisamente na altura em que mais precisam de apoio, conselhos e encorajamento, são muitas vezes afastados ou canalizados para percursos sem grandes alternativas. Além disso, as políticas de educação e formação técnica e profissional, por um lado, e as políticas económicas, de emprego, industriais e financeiras, por outro lado, estão desligadas e desintegradas.

Um dos principais objectivos apresentados foi o de promover o funcionamento sistemático desses sistemas. A coesão política e uma melhor coordenação de todos os sistemas e instituições, incluindo dos ministérios competentes,

Desenvolvimento das qualificações do povo neozelandês

Phil O'Reilly, da Business da Nova Zelândia, fez questão de demonstrar o empenho dos parceiros sociais neozelandeses na área das competências. Estes uniram esforços com os prestadores de serviços de educação e com o Governo para lançar um ambicioso plano de acção nacional de literacia em contexto laboral. Dedicam-se com afinco aos programas de aumento das taxas de produtividade nacional e ajudam a fornecer qualificações aos indígenas da Nova Zelândia, os Maori. Todos concordam que a educação, a aprendizagem ao longo da vida e a melhoria de competências específicas devem ser temas centrais do programa neozelandês para o Trabalho Digno. Para apoiar tais esforços, o Governo criou formalmente um mecanismo consultivo tripartido para participar regularmente na formulação de estratégias e políticas nacionais de competências. O fórum, designado Skill New Zealand, é presidido pelo Vice-Primeiro-Ministro e pelo ministro das Finanças, e integra o ministro do Trabalho, directores-gerais executivos de agências governamentais relevantes e líderes de organizações de empregadores e trabalhadores, assegurando a coesão e a eficácia do fornecimento de qualificações em todo o país. Outra inovação política é o sistema de formação industrial, que permite que, todos os anos, mais de 150.000 trabalhadores adquiram competências e qualificações relevantes para a indústria. A formação é concebida por indústria, ministrada no local de trabalho e transferível. As qualificações também estão interligadas, permitindo que os empregadores usem os créditos adquiridos pelo seu pessoal através da formação no local de trabalho e de progressões na carreira. As organizações de formação industrial são constituídas por parcerias entre os sectores público e privado. Apesar de serem propriedade industrial, têm representação sindical e parte das suas acções é financiada pelo Estado.

têm de ser implementadas em todos os níveis da educação, formação e aprendizagem ao longo da vida. Juntamente com as instituições competentes ao nível regional e multilateral, a OIT e a UNESCO apelaram a uma melhor cooperação para ajudar os países membros a alcançar uma maior coesão política sobre estas matérias.

Outro tema de destaque foi o reforço das relações entre a educação e o mundo do trabalho. Foram fornecidos exemplos em que os parceiros sociais desempenharam um papel importante no aumento da eficácia e relevância da educação e formação para o mercado de trabalho. O diálogo social sobre as políticas e estratégias nacionais de competências, desde a fase de elaboração até à sua implementação, revelou ser eficaz na descoberta de soluções para ligar as escolas ao mundo do trabalho.

A acção sustentada para melhorar a empregabilidade é uma responsabilidade que tem de ser partilhada por vários actores, pois requer uma visão comum e ligações e parcerias eficazes. Os prestadores públicos e privados de

educação e formação, por exemplo, têm um papel a desempenhar, quer ao nível local, quer ao nível nacional. A questão consiste em criar um quadro político para ajudar os países a concretizar os seus objectivos globais de equidade e qualidade da educação.

Foi também atribuída muita importância ao tema “aprender a aprender”. A aprendizagem ocorre em todas as instituições, no local de trabalho, no seio da família e da vida social, bem como nas escolas e universidades. Os jovens

“A experiência internacional mostra que os países que conseguiram acompanhar o ritmo de mudanças e crescer rapidamente têm um segredo, e esse segredo é uma boa interface entre o sistema de educação e formação e as empresas, ao nível local, nacional e através das redes internacionais.”

Maria João Rodrigues, Conselheira do Primeiro-Ministro português para a Presidência da UE

Parcerias locais para a educação, a formação e o emprego digno: a experiência EQUAL em Portugal

A EQUAL é uma iniciativa comunitária que promove um melhor modelo de vida activa através da luta contra a discriminação e a exclusão. Em Portugal, a EQUAL tem apoiado vários projectos de educação e formação e de integração no mercado de trabalho de mulheres, imigrantes, pessoas com deficiência, trabalhadores mais idosos e outros grupos vulneráveis (ex. *RH XXI, Emprego Apoiado e Sem Fronteiras*). De acordo com a Directora Ana Vale, cada projecto foi desenvolvido através de parcerias compostas por várias entidades públicas e privadas: centros de emprego, empregadores, instituições de formação, autoridades locais, ONG, escolas, serviços de saúde, etc. Como o demonstra a sua avaliação formal, este foi um factor fundamental para os bons resultados alcançados. As respostas aos problemas do desemprego e da discriminação de grupos vulneráveis precisam de ter por base a comunidade e apresentar um carácter multidimensional e específico para cada indivíduo. As parcerias com os actores locais são essenciais para combinar esses elementos no processo de elaboração e implementação de programas.

podem ter acesso à informação e ao conhecimento a partir de uma variedade de fontes, incluindo a Internet. Devido ao contacto directo que proporcionam, as instituições de ensino devem contribuir activamente para ajudar os jovens a reconhecer o valor dos conhecimentos que adquirem, a interagir uns com os outros e a perceber o conceito de cidadania. “Aprender a ser, aprender a saber, aprender a fazer e aprender a viver juntos” são os passos fundamentais para colmatar as falhas ao nível do conhecimento.

A comunidade internacional deve apoiar o sector público, a indústria, os sindicatos, os pais e as comunidades na promoção de parcerias público/privado

aos níveis nacional e local, com vista a proporcionar um sistema de educação e formação capaz de combinar os requisitos de competitividade das empresas com as aspirações dos trabalhadores a um trabalho digno e responder à necessidade de promover a coesão social. A OIT, em particular, deverá agir como catalizadora na recolha e difusão de boas práticas entre os governos, os parceiros sociais e outros intervenientes.

“O maior contributo da OIT poderá ser o de assegurar que experiências como aquelas que ouvimos na reunião desta manhã sejam divulgadas e partilhadas de modo a que os parceiros sociais e outros decisores políticos possam aproveitar as boas práticas e aplicá-las nos seus próprios países da forma mais eficiente e rápida possível. Isso porque as competências são a chave para o sucesso na globalização.”

Phil O'Reilly, Business Nova Zelândia

Session 2: Sessão 2: Melhorar o trabalho e o funcionamento das empresas na economia informal – Organizar para a acção e a participação



Esta sessão foi presidida por **Manuel Viage**, Secretário-Geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos. O painel de membros incluiu: **Yash Tandon**, South Centre; **Charles Gore**, UNCTAD; **Jean-Yves Barcelo**, UN-Habitat; **Hilda Sánchez**, ICFTU-ORIT.

Destques do debate

O aumento da economia informal é um fenómeno mundial que afecta quer os países em desenvolvimento, quer os países industrializados. A globalização contribuiu para este processo, sobretudo por ter sido o resultado de uma intensa concorrência e de uma drástica reestruturação industrial no seguimento de um processo generalizado de liberalização e mudança tecnológica. A natureza do processo de “informalização” apresenta variações em função das várias situações em causa. Nos países em desenvolvimento aumentou a precariedade do emprego formal. Nos países em desenvolvimento, sobretudo nos mais pobres, a informalização crescente decorreu da incapacidade de o sector agrícola absorver produtivamente a mão-de-obra, enquanto outros sectores não-agrícolas se revelaram incapazes de criar um número suficiente de empregos produtivos e formais. Esta transição fracassada para o emprego ficou bem patente na explosão de actividades informais verificada nas zonas urbanas mais precárias de muitos países pobres. O trabalho informal também foi, muitas vezes, associado a uma má governação e à ausência de um Estado de direito.

Uma globalização justa só é possível se for dada uma resposta adequada a tais desafios. No entanto, estes constituem questões altamente complexas que

devem ser abordadas com recurso a um conjunto coeso de políticas internacionais, nacionais e locais. Uma estratégia integrada tem de ter em conta as sinergias entre políticas de reforma agrária ou de direito à terra e registo, de melhoria da produtividade agrícola, de impostos, de direitos de propriedade, de qualificações e desenvolvimentos tecnológicos e o crescimento da procura interna que apoiem as políticas estruturais e macroeconómicas. As opiniões diferiram em relação à combinação mais adequada das políticas e medidas. Alguns insistiram na importância de assegurar os direitos adquiridos, enquanto outros salientaram a importância de promover padrões de desenvolvimento económico capazes de gerar um número suficiente de empregos produtivos. Alguns apelaram a uma “mudança do paradigma” nas principais abordagens ao desenvolvimento e à redução da pobreza. Uma mudança focalizada na produção e no emprego e num melhor equilíbrio entre as exportações e as necessidades nacionais, seguindo o exemplo de países como o Vietname e o Bangladesh.

“Aquilo de que precisamos é de um melhor equilíbrio entre o crescimento das exportações e o crescimento da procura interna. Se não existir crescimento da procura interna, não será possível modernizar o sector informal e as empresas. Esta questão ficou bem patente nos casos de sucesso do Vietname e do Bangladesh – em que a produtividade agrícola estimulou a procura nacional de produtos não-agrícolas: serviços, construção e indústria de pequena escala produzidos pelas populações pobres no sector empresarial informal. As dinâmicas empresas do sector informal puderam então integrar-se no sector formal.”

Charles Gore, Chefe, Investigação e Análise de Políticas, Divisão África, Países Menos Desenvolvidos e Programas Especiais, UNCTAD

Uma questão fundamental relacionada com a formulação adequada das políticas foi a falta de dados fiáveis sobre o mercado de trabalho. É necessário resolver urgentemente este problema, pelo que as organizações internacionais, como a OIT, foram instadas a investir mais no desenvolvimento de capacidades estatísticas nacionais e na definição de parâmetros internacionais de comparação e de avaliação da economia informal.

“O trabalho digno continua a ser um desafio-chave para todas as pessoas que vivem nas zonas rurais e, principalmente, para aquelas cuja subsistência depende da agricultura [...] Temos realmente muito a fazer para identificar os principais problemas, recolher os dados necessários para caracterizar a economia informal perante os trabalhadores agrícolas e para dar resposta às necessidades.”

Eve Crowley, Departamento de Desenvolvimento Sustentável da FAO

Sugeriu-se também que a promoção da globalização justa e a actualização das empresas do sector informal não serão possíveis sem uma mudança nas práticas das empresas multinacionais, sobretudo no que respeita aos seus fornecedores das cadeias de valor globais.

A organização dos actores da economia informal (trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores por conta própria, micro-empresários) foi, também ela, considerada um grande desafio. A representação e os manda-



“Nos países africanos, o sector informal representa entre 50% a 90% da força de trabalho [...] O sector informal merece ter voz no âmbito da OIT.”

Yash Tandon, Director do South Centre

tos sindicais devem ser reconhecidos e respeitados. Neste contexto, foi igualmente levantada a questão de saber como conferir representatividade e voz a actores da economia informal ao nível internacional.

A experiência tem revelado que os sindicatos e as ONG podem efectivamente unir forças em torno de uma agenda comum. Foi sugerida a criação de parcerias em torno de objectivos comuns, tais como o desenvolvimento de capacidades no âmbito da economia informal.

Foi ainda salientado o papel das autoridades locais na promoção de iniciativas locais bem-sucedidas. A experiência da UN-Habitat no apoio a Contratos Comunitários entre as auto-

ridades locais e organizações asiáticas e africanas centradas na comunidade foi considerada uma abordagem promissora. Sugeriu-se ainda que as autoridades locais assumissem a liderança nos esforços organizacionais ao nível local, enquanto a OIT ajudaria a desenvolver uma estratégia integrada global de modernização da economia informal, contando, para isso, com o apoio de agências relevantes no contexto da reforma das Nações Unidas.

Contratos Comunitários da UN-Habitat

Jean-Yves Barcelo debruçou-se sobre a relação de cooperação da UN-Habitat com a OIT no desenvolvimento e apoio à utilização dos mecanismos de Contratos Comunitários que permitem ligar por vínculos contratuais as autoridades locais, as organizações baseadas na comunidade e outros actores locais que fornecem postos de trabalho através do melhoramento de zonas carenciadas e de pequenos projectos de infra-estrutura. Os Contratos Comunitários foram criados na década de 80 no Sri Lanka com o objectivo de permitir às autoridades locais ou agências governamentais contratar trabalho manual directamente a partir das comunidades locais, activamente envolvidas nos projectos desde o seu planeamento até à fase de avaliação. A maior dificuldade consistiu em ultrapassar as barreiras legais relacionadas com os monopólios e em atribuir um estatuto legal às entidades representantes das comunidades. Os Contratos Comunitários são hoje um instrumento nacional do Sri Lanka, tendo sido implementados noutras regiões da Ásia e da África, sobretudo em projectos de reconstrução pós-desastre. A abordagem ao Contrato Comunitário promovida pela OIT e pela UN-Habitat constitui um apoio às capacidades de organização e negociação, clarificando direitos e obrigações, papéis e responsabilidades no planeamento e implementação de programas (parcerias público/privado).

Sessão 3: Migração laboral, interna e internacional – *Assegurar os benefícios e limitar os riscos da mobilidade dos trabalhadores*



Esta sessão foi presidida por **John Sweeney**, Presidente da AFL-CIO. O painel de membros incluiu: **Giuliano Amato**, Ministro do Interior italiano; **Jesús Caldera Sánchez Capitán**, Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais espanhol; **Caridad T. Sri Tharan**, *Migrant Forum in Asia*; **John Bingham**, Comissão Católica Internacional para as Migrações; **Jacqueline Mugo**, Federation of Kenya Employers

Destaques do debate

“A migração ilegal está directamente ligada à existência de empregos na economia paralela. Sem empregos na economia paralela, não existiriam motivos para entrar ilegalmente num país. Mas uma forma de lutar contra a migração ilegal é facilitar a migração legal [...] A não aceitação de um certo nível de migração legal não significa que estamos a fechar as nossas portas, pois as portas do mundo globalizado permanecem abertas. Significa que estamos a abrir as portas à migração ilegal.”

Giuliano Amato, Ministro do Interior italiano e membro da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização.

A migração laboral internacional é uma das principais consequências da globalização, podendo ser vantajosa para os países de origem e para os países de chegada que precisam de trabalhadores migrantes. Como tal, os canais regulares de migração devem ser alargados e oferecidas oportunidades de emprego legais aos migrantes.

A necessidade de mão-de-obra é o principal factor impulsionador das migrações. Se tais necessidades não forem satisfeitas de forma regular, poderão sê-lo de forma irregular, atraindo migrantes ilegais. Os procedimentos de recrutamento devem também ser regu-

“Na Europa, temos graves problemas com os fluxos migratórios ilegais provenientes de alguns países africanos. Alguns dos jovens saem de África num barco sem condições de segurança, sabendo que poderão perder a vida na viagem. Não se trata aqui apenas de um fenómeno migratório, mas sim de uma crise humanitária.”

Jesús Caldera Sánchez Capitán, Ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais de Espanha

lamentados e associados a medidas de combate ao tráfico.

A inspecção do trabalho deve ser alargada e reforçada, de modo a evitar a exploração de trabalhadores migrantes irregulares e a violação dos seus direitos humanos. Este é sobretudo o caso das mulheres migrantes, que frequentemente ocupam postos de trabalho não abrangidos pelas leis laborais, como por exemplo os trabalhos domésticos.

Mesmo nas economias mais ricas se verificam graves défices de trabalho digno para os migrantes ilegais. Os trabalhadores migrantes são frequentemente recrutados para trabalhos sem quaisquer condições de higiene, desprestigiantes e perigosos e sujeitos a exploração, maus-tratos e xenofobia.

A legalização de trabalhadores migrantes ilegais que ocupam postos de trabalho com carências comprovadas de trabalhadores nacionais é considerada benéfica para os países de destino. Em Espanha, por exemplo, a legalização melhorou as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores migrantes e

Diálogo social e política da imigração em Espanha

Espanha é um dos principais países de acolhimento de trabalhadores migrantes, sobretudo africanos, muitos dos quais entram no país ilegalmente. De acordo com o ministro Jesús Caldera Sánchez Capitán, a política espanhola de imigração baseia-se agora no diálogo social. Os governos, os empregadores e os sindicatos tomaram a decisão conjunta de criar um sistema em que os fluxos migratórios são regulados em função das necessidades do mercado de trabalho. Neste modelo, quando existam vagas não preenchidas por trabalhadores espanhóis, as mesmas poderão ser divulgadas no exterior e a contratação de trabalhadores estrangeiros poderá ocorrer nos respectivos países de origem. Foram envidados esforços para garantir a integração social desses migrantes legais e o usufruto dos mesmos direitos que os trabalhadores nacionais. Em resultado, 200.000 trabalhadores estrangeiros entraram em Espanha legalmente em 2006, 70% dos quais eram trabalhadores sazonais que regressariam aos seus países no final da estação. O transporte e o alojamento ficou a cargo dos empregadores espanhóis, assim como a aplicação da legislação laboral nacional. De acordo com a nova política, um trabalhador pode candidatar-se a residência permanente em Espanha depois de completar quatro estações de trabalho. Foi também implementada uma política de cooperação com os países de origem, baseada no princípio do respeito mútuo e da partilha de responsabilidades. Esta política permite aos governos dos países de origem efectuarem uma pré-selecção dos trabalhadores, participarem no policiamento do tráfico e investirem em acções de formação. Espanha está a apoiar 15 centros de formação profissional em países da África Ocidental para trabalhadores que poderão ser contratados nos seus próprios países ou em Espanha. Por fim, foram tomadas iniciativas para sensibilizar a opinião pública espanhola para as vantagens da migração e para promover a tolerância e a compreensão intercultural.

ajudou a reestruturar o sistema de segurança social. O diálogo social foi fundamental para orientar o processo de legalização.

Os benefícios dos novos programas de migração temporária e circular foram extensivamente debatidos, apesar de tais programas terem sido postos em questão. Um dos argumentos apresentados foi de que tais programas incentivavam a população migrante a instalar-se. Os trabalhadores qualificados têm mais propensão para permanecer nos países de acolhimento e a experiên-

“O problema reside em saber como lidar com a xenofobia e o crescimento do nacionalismo político, associados ao aumento da migração. Precisamos de educar as pessoas no sentido do respeito mútuo e da tolerância, sem os quais será impossível responder às legítimas solicitações de trabalho digno e vida digna dos migrantes.”

Aurelio Juri, Membro do Parlamento esloveno

“Em muitos países, sobretudo nos países de acolhimento, a maioria das dinâmicas políticas e sociais parecem provir de um estranho sentimento de desconexão, em que um trabalhador esforçado que chega a um país não é visto como um trabalhador, mas como um imigrante, deitando por terra qualquer tipo de solidariedade, afinidade e partilha de experiências.”

John Bingham, Comissão Católica Internacional para as Migrações

cia demonstrou que os esquemas de migração temporária apenas resultam no caso da migração sazonal. As garantias de regresso dependem da resolução das causas da migração – diferenças ao nível demográfico, democrático e de desenvolvimento. Outra questão levantada foi o facto de a migração temporária poder prejudicar os direitos dos migrantes e a sua integração nos países de acolhimento.

Foi ainda chamada a atenção para a “fuga de cérebros”, que resulta na perda de qualificações em sectores vitais como a saúde e a educação. A prestação de serviços, sobretudo nas zonas pobres e rurais, está gravemente comprometida em muitos países de origem. Os membros do painel e os participantes no debate testemunharam os custos suportados pelos seus próprios países de origem. Nas Filipinas, os serviços de saúde pública foram gravemente prejudicados pela falta de médicos e enfermeiros, enquanto a educação foi ameaçada

pela partida de professores de disciplinas como ciências e matemática. A situação revela-se igualmente preocupante em todo continente africano.

Sugeriu-se que fossem definidos alguns mecanismos de compensação e introduzidas medidas para facilitar o regresso dos trabalhadores migrantes e a sua integração nas sociedades de origem. Um dos membros do painel referiu que o actual debate no seio da OMC sobre o Modo 4 tem relevância sobre-

“A África está a perder médicos, farmacêuticos, enfermeiros, dentistas e outros técnicos. Os advogados também estão a partir [...] este é um ciclo de autodestruição. Na perspectiva do empregador, significa um aumento no custo do emprego e a perda de recursos humanos necessários para estimular o crescimento.”

Jacqueline Mugo, Federation of Kenya Employers

Migrant Forum in Asia

A Migrant Forum in Asia (MFA) é uma rede regional de ONG, associações e sindicatos de trabalhadores migrantes e advogados individuais empenhados na protecção e promoção dos direitos e do bem-estar dos trabalhadores migrantes. O membro fundador, Caridad Sri Tharan, salientou que a MFA orienta as suas acções pela visão de um sistema mundial alternativo baseado no respeito dos direitos humanos e em valores como a dignidade, a justiça social e a igualdade de género. A MFA promove acções concertadas contra leis e políticas discriminatórias, violência contra mulheres e homens migrantes, condições de vida injustas, falta de acesso a cuidados de saúde e segurança no trabalho. Entre as iniciativas promovidas incluem-se o lançamento dos programas de poupanças de migrantes e de investimento alternativo destinados a preparar economicamente os migrantes para o seu eventual regresso e reintegração e a canalizar os respectivos activos, conhecimentos e competências para o empreendedorismo social, o investimento produtivo e o desenvolvimento da comunidade. O Fórum procura ainda oportunidades de mobilizar a filantropia da diáspora. Estes esquemas precisam, contudo, de um quadro facilitador e de incentivos contínuos e crescentes nos países de envio. O Fórum participa também em campanhas de sensibilização e de apoio à ratificação de convenções internacionais e na promoção de quadros políticos de melhoria da protecção dos trabalhadores migrantes.

tudo para os profissionais altamente competentes e qualificados, que não fazem parte do grupo mais carenciado em termos de trabalho digno. Assim, deve ser dada maior atenção à situação dos trabalhadores com poucas ou nenhuma qualificação. A sociedade civil pode agir em defesa e apoio destes trabalhadores.

A liberdade de associação dos trabalhadores que passam as fronteiras é um direito humano fundamental e os trabalhadores migrantes devem ter a oportunidade de usufruir de um estatuto legal. A experiência tem demonstrado que quando a oferta é transparente e genuína, os trabalhadores ilegais tratam rapidamente de legalizar a sua situação.

“A percepção de que a migração sob a égide da globalização está para ficar teve um impacto enorme na melhoria da qualidade do diálogo social no Quênia. Esta é uma área em que todos concordamos que algo tinha de ser feito. Sob a alçada do Governo, as organizações de empregadores e de trabalhadores estão a implementar um programa nacional de trabalho digno com vista a elaborar uma política que promova o rápido desenvolvimento de competências nas áreas em que temos mais carências. Além disso, deslocámo-nos às comunidades para perceber o impacto da migração das zonas rurais para as zonas urbanas.”

Foi lembrada a necessidade de ratificar e implementar as duas convenções da OIT sobre os trabalhadores migrantes e a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias. O Quadro Multilateral da OIT para a Migração Laboral deve ser implementado ao nível nacional, constituindo um passo concreto para melhorar a vida dos trabalhadores migrantes.

Por forma a melhor proteger as vítimas do tráfico, foi também lançado um apelo para a promoção de uma maior coesão entre, por um lado, o Quadro Multilateral da OIT e outros instru-

mentos internacionais de protecção dos trabalhadores migrantes e, por outro lado, os instrumentos internacionais contra o trabalho forçado e a escravatura contemporânea.

Assistiu-se a um reconhecimento geral dos benefícios decorrentes do aumento das remessas de dinheiro observado nos últimos anos. As organizações internacionais foram chamadas a coordenar esforços para a apresentação de melhores relatórios sobre o valor das remessas. Estas, contudo, não devem substituir-se às despesas do Estado na esfera social ou aos esquemas de prossecução dos objectivos de AOD. As políticas devem debruçar-se sobre as causas mais profundas da migração internacional – a pobreza e a falta de trabalho digno nos países de origem. A migração deve ser uma escolha, não uma necessidade.

“Deste Fórum, retirei muita informação e muitas sugestões para a organização a que pertença. Precisamos de nos empenhar mais na ratificação das convenções internacionais sobre os trabalhadores migrantes e respectivas famílias, sobretudo nos países de acolhimento. Precisamos também de trabalhar com mais afinco na organização dos próprios trabalhadores migrantes e na sua representação através de associações, de sindicatos. Só assim poderão lutar pelo seu direito ao trabalho digno.”

Caridad Sri Tharan, Migrant Forum in Asia

Sessão 4: Políticas de protecção social para a coesão social e o desenvolvimento económico – *A caminho de uma base social global mínima?*



Esta sessão foi presidida por **Carlos Tomada**, Ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social da Argentina. O painel de membros incluiu: **Aart de Geus**, OCDE; **Roberto Bissio**, Social Watch; **Suddha Pillai**, Ministro do Trabalho e Emprego, Índia; **Helmut Schwartz**, Ministro da Segurança Social, Brasil; **João Proença**, União Geral dos Trabalhadores (UGT) de Portugal

Destaques do debate

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, todas as pessoas têm direito a protecção social. Esta é a ética subjacente aos sistemas nacionais de segurança social. Contudo, a segurança social não é apenas um direito humano, é também uma necessidade socioeconómica fundamental. Num contexto de intensa turbulência no mercado de trabalho e de perturbações sociais associadas à globalização, as economias nacionais não conseguem funcionar sem sistemas de segurança social que proporcionem um nível básico de segurança aos residentes e trabalhadores, permitindo-lhes adaptar-se às rápidas mudanças em curso.

A segurança social facilita a inclusão social, promove o crescimento da economia (nomeadamente através da minimização das solicitações efectivas dos desempregados) e contribui para a erradicação da pobreza e para o reforço da democracia. É, por isso, um elemento indispensável das estratégias nacionais de desenvolvimento, devendo ser encarada como um investimento e não como um custo líquido. As críticas e os cortes orçamentais a que os sistemas de segurança social estiveram sujeitos em muitos países nas últimas décadas encontram justificação nas prioridades erradas e na má concepção que marcaram esses

“[...] Algumas das economias mais abertas do mundo têm também os sistemas de previdência social mais abrangentes. Não se trata de um acaso – é normal as pessoas só aceitarem as incertezas de um mercado aberto se existir uma base social que as proteja se perderem os seus empregos devido às mudanças da conjuntura económica. No mínimo, a necessidade de protecção social é tanto mais elevada quanto mais rápidas forem as mudanças e quanto mais aberta for a economia.”

Aart de Geus, Secretário-Geral Adjunto da OCDE

sistemas, e não na evidência objectiva contra as transferências sociais e os benefícios da segurança social.

Existe agora um consenso geral de que as necessidades socioeconómicas de segurança social devem ser traduzidas para uma base social global. O documento de base da presente sessão apresenta uma lista de vantagens que podem ser consideradas componentes de segurança social de uma base social e utilizadas como ponto de partida para um debate mais alargado.⁶

No que diz respeito à experiência, os membros do painel da OCDE afir-

maram que algumas das economias com mais sucesso e abertura têm os sistemas mais alargados de previdência social.

Durante a sessão, foram ainda debatidos os novos e extensos programas implementados na Índia e no Brasil. Tais programas sugerem que os níveis básicos da segurança social são compatíveis com o crescimento e o desenvolvimento de um país em desenvolvimento. Na opinião de outros participantes, sobretudo dos participantes africanos, tais iniciativas foram muito encorajadoras e inspiradoras. O exemplo da Argentina foi também referido. O Plano de

O Programa Bolsa-Família do Brasil

Lançado em 2003, o programa *Bolsa-Família* consiste na atribuição de uma ajuda em dinheiro às famílias até um máximo de 60 USD por mês. A concessão desta ajuda é, no entanto, condicionada à frequência da escola pelas crianças do agregado familiar e ao acompanhamento médico de toda a família. Em 2006, mais de 11 milhões de subsídios foram desembolsados através deste esquema. Entre 2003 e 2006, o decil de menores rendimentos nos inquéritos às famílias aumentou 10 %, associado a um aumento mais modesto do decil mais rico, sugerindo um contributo positivo para a redução da pobreza e da desigualdade. O custo do programa ascendeu a 0,3 % do PIB, financiado pelas receitas do sistema de segurança social. Mais recentemente, a disponibilidade de fundos foi reforçada pelos resultados positivos da reforma do serviço público de pensões, de 2003, e pela aplicação de um imposto sobre as transacções financeiras, fixado em 0,38 %. Segundo Helmut Schwartz, Secretário de Previdência Social do Ministério da Segurança Social do Brasil, o imposto não teve as consequências negativas previstas pelos seus detractores por altura da sua aplicação. Um dos principais desafios, referiu, consistiu na institucionalização da *Bolsa Família* como política pública, de forma a garantir a sua continuação após a saída do actual governo.

⁶ Incluiriam: subsídios universais para as crianças, acesso universal aos serviços de saúde, alguma ajuda financeira aos trabalhadores pobres incapazes de ganhar o suficiente para retirar as famílias da pobreza, como resultado do subemprego ou da baixa produtividade e pensões mínimas financiadas pelos impostos para os idosos que perderam o apoio ao sustento da família.



Nova legislação de segurança social e emprego na Índia

A Sra. Sudha Pillai, do Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, apresentou algumas medidas inovadoras recentemente introduzidas pelo Governo indiano. Apenas 28 milhões dos 369 milhões de trabalhadores indianos estão integrados na economia formal e cobertos pelas leis da segurança social introduzidas desde o início dos anos 50. Por forma a providenciar alguma forma de protecção social às pessoas integradas no sector informal, o Governo introduziu nova legislação relativa a subsídios por morte e incapacidade, cuidados básicos de saúde e esquemas universais de reforma mínima. O Governo anunciou ainda a implementação de três programas específicos: o 'Aam Aadmi Bima Yojna' (esquema de pensão comum) para a atribuição de subsídios de sobrevivência e incapacidade a agregados rurais sem propriedade própria (cerca de 15 milhões de pessoas abrangidas); o esquema nacional de reforma por velhice (são abrangidas cerca de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza e com mais de 65 anos); e o ambicioso 'Rahtriya Swasthya Bima Yojna' (sistema nacional de saúde), que abrange todos os trabalhadores abaixo do limiar de pobreza do sector informal (cerca de 300 milhões de pessoas deverão receber estes benefícios nos próximos cinco anos). Além disso, o Governo emanou a Lei Nacional de Garantia do Emprego Rural, que assegura, pelo menos, 100 dias de emprego todos os anos, remunerados com o salário mínimo a, pelo menos, uma pessoa de cada agregado familiar rural cujos membros adultos se voluntarizem para efectuar trabalhos não qualificados. O trabalho, que deve ser intensivo e não-qualificado consiste principalmente na construção de infra-estruturas rurais. O esquema abrange actualmente 330 distritos subdesenvolvidos, mas espera-se que, dentro de cinco anos, venha a abranger todo o país. Os estudos efectuados em alguns dos distritos onde o esquema foi adequadamente implementado revelaram que a lei aumentou efectivamente o emprego rural, reduzindo simultaneamente a pobreza e a premência da migração das zonas rurais para as zonas urbanas.

Chefes de Família Desempregados implementado no meio de uma crise financeira sugeriu que os mecanismos de protecção social poderiam ajudar o país a ultrapassar os impactos económicos.

Os sistemas de segurança social foram considerados compatíveis com qualquer etapa de desenvolvimento económico, desde que exista vontade política. Contudo, os países mais pobres poderão precisar de apoio externo para o arranque dos seus programas de protecção social. O investimento na protecção social tem de ser mais amplamente reconhecido como um componente essencial de qualquer estratégia de desenvolvimento viável e da prossecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As instituições financeiras internacionais e a comunidade de doadores, em particular, devem apoiar o desenvolvimento da componente de segurança social de uma base social global e evitar prejudicar os esforços nacionais nessa matéria através da adopção de políticas inadequadas. Alguns participantes manifestaram a sua preocupação com o facto de o financiamento da segurança social assentar na privatização, referindo alguns exemplos de privatização de planos de pensões que vieram a revelar-se injustos e altamente dispendiosos em comparação com os benefícios proporcionados.

Um tema que gerou também alguma discussão foi o da atribuição de níveis de prioridades às prestações de segurança social, tais como a concessão de prestações a pessoas idosas ou a jovens famílias. Esta questão é menos problemática nos países em desenvolvimento, onde as prestações em dinheiro têm mais probabilidades de beneficiar todas as gerações de um agregado familiar. Discutiui-se também se a dimensão da despesa social deve ser um elemento fixo ou se, perante as necessidades da segurança social, devem ser procuradas novas fontes de financiamento, tais como a aplicação de impostos às transacções financeiras, como acontece no Brasil.

A base social global foi largamente reconhecida como elemento da Agenda para o Trabalho Digno. Alguns participantes chamaram a atenção para a necessidade de desenvolver uma nova norma OIT que actualize os princípios da segurança social de modo a definir um nível básico de apoio a que todos tenham acesso. Sugeriu-se que a OIT conduza um debate tripartido para analisar abertamente esta possibilidade.

De uma forma mais geral, foi salientada a importância do diálogo social no desenvolvimento de políticas sociais mais abrangentes e universais, bem como a necessidade de formar coligações mais alargadas entre os governos, as organizações internacionais, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais, com vista a criar a necessária vontade política para integrar a segurança social universal nas principais medidas das políticas de desenvolvimento.

“É urgente implementar um novo sistema social aos níveis nacional e global, por forma a equilibrar os direitos do indivíduo com os direitos sociais, ambos mundialmente reconhecidos, e a equilibrar as regras e disciplinas globais com o “espaço político” nacional, em que o debate democrático molda as prioridades de cada país [...] A questão não reside em saber se a globalização permite a existência de segurança social, mas se a existência da civilização global é possível sem a implementação do direito universal à segurança social.”

Roberto Bissio, Social Watch e Director do Instituto *Tercer Mundo*

Sessão 5: Coerência das políticas entre as organizações internacionais – *Criar instrumentos para que possa funcionar*



A sessão foi presidida por **Sha Zukang**, Subsecretário-Geral das Nações Unidas para os Assuntos Económicos e Sociais. O painel de membros incluiu: **Josep Borrell**, Parlamento Europeu e *Global Progressive Forum*; Raymond Parsons, Comité de Gestão da BUSA (*Business Unity South Africa*); **Saleh Nsouli**, Fundo Monetário Internacional (FMI); **Ricardo Meléndez-Ortiz**, Centro Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD); **Zwelinzima Vavi**, *Congress of South African Trade Unions* (COSATU).

Destques do debate

As organizações internacionais partilham objectivos comuns como a paz mundial, o desenvolvimento e o crescimento global, contudo, a divisão institucional do trabalho, a especialização e os diversos paradigmas políticos dão azo a situações em que partes do sistema multilateral podem promover políticas que dificultam os objectivos das outras partes. A necessidade de coesão política internacional é revelada nas interdependências crescentes em termos económicos e sociais, uma vez que nenhuma organização internacional pode alcançar sozinha os seus objectivos.

A coesão política deve ser definida em termos de resultados. De uma forma geral, os participantes no debate concordaram que começa a existir, ao nível internacional, um maior consenso político em tornar o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos um objectivo central das políticas nacionais e internacionais de apoio à globalização justa. Este processo requer a implementação de um conjunto coeso de políticas nacionais e internacionais. O problema

reside nos fracos mecanismos de diálogo e coordenação entre agências, aos níveis nacional e internacional, e no desenvolvimento de uma visão comum de convergência dos diversos quadros políticos, que lhes permita contribuir para o objectivo principal.

Muitos oradores apontaram para a necessidade de desenvolver um novo paradigma central para orientar o processo de convergência política para o emprego e o trabalho digno. Alguns apelaram à criação de um novo conceito de desenvolvimento, focando dimensões de sustentabilidade social e ambiental para além das simples medidas de crescimento do PIB. Outros salientaram a necessidade de desenvolver as capacidades industriais locais e expandir a procura nacional. Outros ainda apelaram a uma mudança filosófica na atitude das principais instituições internacionais, de forma a que seja dado mais espaço às preocupações sociais.

De uma forma geral, reconheceu-se que subsistem profundas diferenças entre os diversos quadros políticos aplicáveis às várias agências, implicando, por sua vez, diferentes soluções políticas. Na opinião de um dos oradores, a escola neoclássica de pensamento económico salienta os incentivos ao mercado, à produtividade e à competitividade, enquanto as abordagens keynesianas se revelam mais orientadas para os mecanismos formais de prestações sociais,

com vista a reduzir os problemas de emprego e a estimular o crescimento, ou seja, “a necessidade de redistribuir os rendimentos, não só as oportunidades”. A conciliação de ambas as teorias não é fácil, com alguns dos participantes a defender a manutenção (se não o incentivo) da diversidade de opiniões.

Foram apresentados alguns exemplos de políticas implementadas em instituições de renome internacional que parecem contrariar os objectivos do Trabalho Digno. O *Employing Workers Indicator* constante de um relatório do Banco Mundial (*Doing Business Report*) foi considerado inadequado, impreciso e prejudicial para o respeito dos direitos dos trabalhadores. O Fundo Monetário Internacional foi chamado a garantir o financiamento de

emergência, com vista a reduzir o risco de economias emergentes acumularem vastas quantidades de reservas que poderiam ser investidas ao nível interno. Muitos oradores manifestaram a sua preocupação com o actual beco sem saída em que se encontram as negociações multilaterais de comércio na OMC e com a proliferação dos acordos regionais e bilaterais, factores que estão a conduzir à destruição dos princípios fundamentais da não-discriminação e a uma falta de confiança nos quadros multilaterais regulamentares.

Alguns oradores revelaram-se igualmente preocupados com as potenciais implicações das actuais negociações NAMA sobre a liberalização das tarifas

“Existem duas áreas centrais em que precisamos de uma maior coerência ao nível das instituições internacionais. Uma delas é o apoio ao trabalho digno. Ou seja, o cumprimento das principais normas do trabalho da OIT, um salário que permita um nível de vida satisfatório e a ausência de receios de situações de abuso ou de risco de lesões ou morte no trabalho. A outra área tem a ver com o apoio ao crescimento equitativo no mundo em desenvolvimento. Precisamos de políticas económicas e comerciais que melhorem o nível de vida da maioria das pessoas..”

Zwelinzima Vavi, Secretário-Geral do *Congress of South African Trade Unions* (COSATU) e membro da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização

“Penso que existem benefícios no princípio da vantagem comparativa e o que importa é que as instituições entrem em diálogo de forma a perceberem as implicações das políticas laborais para a estabilidade macroeconómica e as implicações da estabilidade macroeconómica para as políticas laborais. E aí pode ser gerada uma abordagem coerente, embora tenha de ser ao nível do país.”

Saleh M. Nsouli, Director dos Escritórios na Europa, FMI

industriais. Na sua opinião, a actual abordagem pode reduzir o espaço político necessário aos países em desenvolvimento para desenvolverem as suas próprias capacidades de produção, promovendo a “desindustrialização” e o desemprego.

Na eventualidade de ainda estar por definir um novo paradigma central para o emprego e o trabalho digno, todos os participantes no debate concordaram que as agências internacionais devem intensificar o diálogo, por forma a

desenvolver um novo pensamento e novas abordagens políticas. Embora respeitando o mandato e especialização de cada agência, um diálogo construtivo a esse nível poderia eventualmente conduzir à definição de soluções políticas passíveis de serem apoiadas por todas as agências e de serem adaptadas a cada país, de modo a providenciar uma eficaz plataforma de aconselhamento de medidas.

Já foram dados alguns passos nessa direcção. Um exemplo é a Iniciativa de Coerência das Políticas, promovida pela OIT, que criou um espaço informal que permite ao pessoal técnico das agências internacionais trocar opiniões e experiências de forma regular sobre assuntos relacionados com o emprego produtivo e o trabalho digno para todos. Mais medidas deveriam ser tomadas para promover iniciativas conjuntas e programas de investigação.

No que diz respeito ao comércio, a OMC e a OIT decidiram melhorar a sua colaboração técnica e conduzir conjuntamente um estudo sobre os dados existentes e o respectivo grau de exactidão em termos de relação entre o comércio e o emprego. Um novo conjunto de estudos está a ser levado a cabo, focando sobretudo a interacção entre o sector informal e o comércio. Este conjunto de estudos mereceu uma aprovação geral pois, como referiu um dos membros do painel, reflecte uma marcada evolução desde a antiga noção simplista de uma relação automática entre a abertura do mercado, o crescimento económico e a redução da pobreza.

Na busca de uma maior coesão de todo o sistema, as agências das Nações Unidas têm várias acções de colaboração em curso em questões relacionadas com o emprego e o trabalho digno. O PNUD e a OIT, em particular, envolveram-se em várias iniciativas, incluindo estudos de carácter regional, desenvolvimento de capacidades e projectos de cooperação técnica.

Vários oradores referiram o valor da abordagem utilizada no Kit de Ferramentas para Integrar o Emprego e o Trabalho Digno, adoptado pelo Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas (CEB), presidido pelo Secretário-Geral Ban Ki-Moon. O kit de ferramentas, apresentado no Fórum por Mats Karlsson, envolve todas as agências das Nações Unidas, incluindo as instituições de Bretton Woods, num processo simples e prático de revisão das respectivas políticas e programas na perspectiva das questões de emprego e trabalho digno, contribuindo, assim, para uma maior compreensão e revelando pontos de ligação e potenciais áreas de cooperação entre agências.

Kit de Ferramentas para Integrar o Emprego e o Trabalho Digno

O Kit de Ferramentas para Integrar o Emprego e o Trabalho Digno é um esforço multilateral abrangente destinado a criar uma política e acção partilhada de compreensão e coerência, para alcançar o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos e contribuir para a prossecução dos ODM. Implementado por mandato e integrado como processo interagências através do Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas e como processo intergovernamental através do ECOSOC das Nações Unidas, o kit de ferramentas apresenta quatro componentes principais, cada um deles implementado através de uma metodologia assente na participação;

- Uma lista de auto-avaliação baseada nos quatro pilares da Agenda para o Trabalho Digno, para permitir às agências multilaterais e outros utilizadores examinar as suas políticas, programas e actividades na perspectiva do emprego e do trabalho digno e, tendo em conta o impacto e as implicações, contribuir para o objectivo comum do trabalho digno para todos;
- Partilha de conhecimentos, incluindo através de um website interactivo, que permite às agências, aos intervenientes nacionais e aos parceiros para o desenvolvimento partilharem informações, experiências e ferramentas para a promoção do emprego e do trabalho digno;
- Candidatura nacional ao emprego e ao trabalho digno em quadros de desenvolvimento nacional, promovendo, assim, a coesão política e a convergência dos programas no âmbito da Equipa nacional das Nações Unidas e entre as agências governamentais e parceiros sociais relevantes;

O próximo passo consiste em recolher experiências sobre a implementação de soluções políticas e transferir o conhecimento obtido para os países.

Um grande obstáculo à prossecução de uma maior coesão é a falta de dados sobre as tendências do mercado de trabalho nos países em desenvolvimento, sobretudo no que se refere à economia informal. Neste sentido, recomendou-se à OIT que invista mais na apresentação de estatísticas nacionais e melhore o fornecimento de dados comparáveis a nível internacional sobre o emprego e o mercado de trabalho.

“Quando pensei no Kit de Ferramentas para a UNCTAD, o meu comentário foi de que a OIT precisa de investir na recolha de dados. Não é possível promover o emprego produtivo e o trabalho digno nas organizações sem dados de qualidade. Os dados sobre as tendências do emprego nos países em desenvolvimento são em geral muito maus. [...] Isto precisa de ser resolvido.”

Charles Gore, Divisão África, Países Menos Desenvolvidos e Programas Especiais, UNCTAD

Os participantes são unânimes em afirmar que “a coesão política começa em casa”. Uma maior coordenação e coerência entre os objectivos dos diversos ministérios nacionais conduz a uma maior coerência na acção das organizações internacionais onde estão representados. Foram apresentados alguns exemplos dos desafios que se apresentam, como, por exemplo, em termos de aumento das competências dos funcionários dos ministérios das áreas sociais para abranger áreas de comércio inter-

nacional e finanças, e vice-versa. Uma maior coordenação interministerial é também um requisito para a implementação de políticas socioeconómicas mais eficazes e abrangentes e, para os países que necessitam de apoio técnico e financiamento ao desenvolvimento, para uma melhor avaliação e utilização de recursos externos para fins internos.

A coesão política nacional requer transparência e um verdadeiro diálogo social. Este facto é comprovado pela experiência da África do Sul, em que um organismo tripartido, o Conselho Nacional da Economia e do Desenvolvimento (NEDLAC), foi fundamental para alcançar a meta do trabalho digno através de um conjunto alargado de objectivos de crescimento e desenvolvimento.

Considerando a diversidade de circunstâncias e experiências nacionais, ficou claro que não existe um conjunto de políticas que possa ser transposto globalmente por todos os países. Vários oradores referiram que a coesão política internacional não deve implicar a perda das opções políticas existentes nos vários países. Alguns deles apresentaram alguns exemplos daquilo a que chamaram “tipo errado” de coesão política, que conduziu a resultados socioeconómicos de qualidade duvidosa, como foi o caso do processo de coesão em torno das políticas do “Consenso de Washington” adoptadas na década de 90 na América Latina e noutras regiões.

“Um país deve ter a oportunidade de escolher entre vários paradigmas imbuídos na abordagem de diferentes instituições internacionais. Eu diria que a existência de vários financiadores do desenvolvimento, apoios técnicos ao desenvolvimento e estratégias de investigação do desenvolvimento (aquilo a que alguns poderão chamar duplicação ou sobreposição), faz todo o sentido.”

Aldo Caliri, Center of Concern

“A coesão da política internacional deve ser baseada na noção de que são necessários compromissos a nível nacional. As organizações internacionais devem fornecer quadros que permitam aos países decidir aquilo que é melhor para eles e apoiá-los para que as suas escolhas sejam escolhas informadas.”

Phil O'Reilly, Business Nova Zelândia

Como medida alternativa, recomendou-se que o sistema internacional forneça aos países uma variedade de soluções políticas baseadas na experiência. Caberia, assim, a cada governo decidir as opções que melhor se adequam às circunstâncias locais e gerir os eventuais constrangimentos inerentes aos diversos objectivos políticos.

Por forma a avançar no sentido de uma maior coesão política para o emprego e o trabalho digno, sugeriu-se que fosse dada especial atenção a algumas áreas específicas de maior preocupação, em que as instituições-chave pudessem cooperar na definição de uma abordagem comum. Entre essas áreas incluem-se, por exemplo, o potencial de destabilização dos desequilíbrios financeiros globais, a necessidade de definição de estratégias macroeconómicas promotoras de emprego e de um

quadro para a sustentabilidade das empresas e a capacidade de os países em desenvolvimento participarem activamente nas negociações internacionais de comércio.

Outros temas foram mencionados como eventuais tópicos para futuras iniciativas de coesão política: por exemplo, as deslocalizações globais da produção relacionadas com o desenvolvimento da Índia e da China; a desconexão entre as operações do sistema financeiro global e as necessidades da economia

real, e as implicações da transição para uma economia global com baixos níveis de carbono.

Por fim, a coesão política internacional foi também considerada um vasto tema que deverá ser analisado à luz do debate sobre a revisão do actual sistema de governação global. Um dos oradores referiu que por vezes há pouca confiança nas organizações internacionais existentes. Estas têm de recuperar a confiança dos seus intervenientes através de uma maior abertura e transparência de procedimentos e do realinhamento das suas estruturas, incluindo das estruturas de voto, em novos equilíbrios económicos e políticos. Para este debate, deveriam ser ouvidas mais opiniões, sobretudo dos países em desenvolvimento.

“Para melhorar a coesão e a cooperação, as instituições económicas globais devem optar por: Uma maior transparência e abertura [...] de modo a garantir a partilha de mais opiniões e informações.

Uma melhor aplicação do direito internacional. Isto significa que os princípios, e não apenas os poderes, podem moldar certas relações económicas globais. Existem muitas áreas em que a lei permitiria uma melhor globalização, se fosse adequadamente aplicada.

Existe a necessidade de tornar os países em desenvolvimento capazes de participar activamente nos debates globais que afectam os seus interesses. O reforço das capacidades é essencial para que os intervenientes que precisam de apoio na avaliação do impacto das alterações propostas (nacionais ou globais) nas suas economias sejam capazes de efectuar consultas e tomar decisões.”

Raymond Parsons, Comité de Gestão da BUSA e *Overall Business Convenor* do Conselho Nacional da Economia e do Desenvolvimento (NEDLAC)

Sessão 6: Oportunidades de trabalho digno para jovens: ultrapassar a discriminação e as desvantagens – *Igualdade na diversidade: uma ficção ou uma necessidade?*



Esta sessão foi presidida por **Ashraf Tabani**, Presidente da Federação de Empregadores do Paquistão. O painel de membros incluiu: **Carlos Lupi**, ministro do Trabalho e do Emprego do Brasil; **António D. Pitra Neto**, ministro da Administração Pública, do Trabalho e da Segurança Social, Angola; **Gilles de Robien**, Embaixador responsável pela promoção da coesão social, França; **Barbara Byers**, Congresso Canadano do Trabalho (CLC); **Carvalho da Silva**, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), Portugal; **Ariosto Manrique**, Comissão Nacional de Jovens Empresários, México.

“A América Latina possui uma experiência valiosa com programas de promoção do emprego dos jovens que focam o desenvolvimento das capacidades, a iniciativa empresarial, a aprendizagem, etc. Alguns são promovidos pelo sector público, outros são-no pelo sector privado. O que falta é uma abordagem intersectorial coerente que integre as políticas de emprego, de trabalho e sociais e que se baseie na participação dos parceiros sociais e dos próprios jovens.”

Maria Claudia Camacho, Organização dos Estados Americanos

Destaques do debate

O desenvolvimento económico foi considerado fundamental para o emprego dos jovens, sendo este um desafio comum aos países desenvolvidos e em desenvolvimento. As soluções implementadas aos níveis nacional e global devem ser instruídas por uma visão que valorize a igualdade e a solidariedade entre gerações.

Concluiu-se que o trabalho digno para jovens requer um quadro político

integrado e coeso que promova a educação e a formação, juntamente com políticas económicas e sociais. Em cooperação com os governos nacionais, a comunidade internacional deverá melhorar a coesão das suas políticas e acordos com impacto no emprego juvenil.

A qualidade e a relevância da educação e da formação afectaram largamente o tipo e o ritmo da transição dos jovens para o mundo do trabalho, permitindo-lhes tornar-se cidadãos activos. A aprendizagem, a orientação profissional, a informação sobre o mercado de trabalho, bem como outras medidas que aproximam os estudantes e professores do mundo empresarial, provaram ser eficazes para agilizar o processo de transição e devem ser regularmente integrados nos programas oferecidos pelos estabelecimentos de ensino e formação.

Políticas de combate ao desemprego juvenil e à discriminação em França

Gilles de Robien, antigo Ministro da Educação, lembrou que, em França, o desemprego de jovens e a discriminação são, há muito tempo, uma prioridade política, traduzida na adopção de várias disposições de incentivo à formação e à educação ao longo da vida, na actualização de competências em linha com as mudanças do mercado e no reforço dos esquemas de aprendizagem. Foi dada especial atenção à orientação profissional através da criação de uma Autoridade Interministerial ad-hoc. Entre as medidas adoptadas, estiveram a introdução, nas escolas, de entrevistas de orientação a alunos com 15 anos de idade, sessões de informação sobre o mundo do trabalho, equipamentos especiais para jovens com deficiência e a introdução de uma carta de empenho empresarial na garantia da igualdade de oportunidades.

Programas de emprego para os jovens no Brasil

Nos últimos 4 anos, foram lançados, no Brasil, muitos programas importantes de promoção do emprego para jovens orientados principalmente para os grupos mais vulneráveis do ponto de vista económico. Desses programas, o ministro Lupi destacou as mais de 6000 alianças formadas entre o Governo Federal e as autoridades locais de todos os Estados, com vista a proporcionar uma plataforma alargada de cursos de formação destinados a preparar jovens dos 6 aos 24 anos de idade para a sua integração no mercado de trabalho. Essas alianças incluíram o estabelecimento de parcerias com igrejas, universidades e ONG locais. Foram ainda criadas parcerias a nível nacional com o sector privado, incluindo com associações industriais e grupos financeiros e de comunicação importantes. Apesar de todos os esforços envidados, estima-se que cerca de 7 milhões de jovens continuam fora do sistema de ensino e do mercado de trabalho. O Governo tenciona quadruplicar o investimento na qualificação e preparação dos jovens para o mercado de trabalho durante o período de 2008-2010..

As medidas de prevenção da discriminação podem ajudar os jovens a evitar comportamentos destrutivos, incluindo o consumo de drogas. Tais medidas devem fazer parte dos programas de educação e formação e envolver as escolas, os pais e as respectivas comunidades.

Chamou-se também a atenção para a importância de assegurar que os jovens trabalhadores tenham acesso a acções educativas de saúde e segurança no trabalho desde o momento em que são contratados, pois os dados revelam que, não só este grupo etário é o mais afectado pelo emprego a tempo parcial e mal remunerado, como também é o mais propenso a acidentes de trabalho e lesões profissionais. Além disso, considerou-se ainda que deveriam ser promovidas medidas destinadas a ajudar os jovens trabalhadores a conciliar o trabalho com as responsabilidades familiares.

A reconstrução, a reconciliação e os jovens em Angola

Os jovens, que representam dois terços da população angolana, foram gravemente afectados pelos 25 anos que o país esteve em guerra. De acordo com o ministro Pitra Neto, o investimento nas capacidades e competências é fundamental para reestruturar e reconstruir o país. Nesse sentido, foi lançado um vasto programa nacional para reforçar a formação profissional e técnica e desenvolver o espírito empresarial. Um dos principais objectivos consistiu em chegar aos jovens que residem nas vastas áreas rurais do país, através da abertura de novas escolas rurais de artes e ofícios, de centros de formação profissional itinerantes e de módulos de formação especificamente orientados para a mentalidade e expectativas dos jovens. Foi ainda introduzido um novo formato de formação, para proporcionar “literacia profissional” a jovens adultos com carências em termos de educação básica, mas com uma vida social e familiar activa ou, simplesmente, sem ocupação após a guerra. Três princípios guiaram a acção do Governo: proporcionar formação relevante para as necessidades dos jovens enquanto futuros trabalhadores e futuros cidadãos, assegurar a qualidade através da monitorização da qualidade do ensino e reforçar a igualdade de oportunidades.

“A educação é muito importante, mas estou preocupada com o facto de esse ser o nosso único tema de diálogo. Temos de pensar no actual modelo económico global, nas interdependências criadas pelo comércio internacional e pelo investimento estrangeiro, nas restrições das políticas públicas e na redução da intervenção estatal a um nível mínimo.”

Graciela Rodrigues, Rede Internacional de Género e Comércio

São muitos os factores que tornam os jovens vulneráveis à exclusão do mercado de trabalho, decorrentes do facto de terem crescido sem boas condições educativas, alimentares e de habitação. Outros deparam-se com situações de discriminação no emprego, independentemente do seu historial pré-profissional. A remoção de obstáculos à educação de crianças e jovens do sexo feminino foi apontada como uma das maiores prioridades para evitar a discriminação no trabalho em muitos países. As questões de género e de raça deveriam ser incluídas

A experiência mexicana

Na América Latina, a faixa etária inferior aos 30 anos não é um grupo nem um sector; representa a maioria da população. De acordo com os números fornecidos pelo Sr. Manrique, representante da Federação de Empregadores Mexicanos (COPARMEX), destes jovens, cerca de 40% começaram a trabalhar antes dos 15 anos de idade, enquanto apenas 4% puderam ingressar numa universidade. Destes últimos, cerca de 12% obtiveram um diploma e apenas 17% conseguiram, de facto, um emprego relacionado com a sua área de especialização. O diálogo e a acção dos parceiros sociais no México sobre esses assuntos foram intensos. As principais iniciativas incluíram o estabelecimento de um Observatório de Trabalho nacional, a introdução de esquemas de avaliação e monitorização de escolas e professores e de melhoria da qualidade geral da educação e o fomento do diálogo para o fortalecimento do sistema educativo e das políticas de desenvolvimento regional. A COPARMEX não só participou nesses esforços tripartidos, como também desenvolveu os seus próprios esforços para redesenhar o sistema de educação terciária, para promover o empreendedorismo, em particular, junto das mulheres jovens, para proporcionar acesso gratuito a educação à distância aos seus membros e respectivos trabalhadores e famílias e para apoiar os fóruns de desenvolvimento local e as incubadoras de empresas em cerca de 50 cidades em todo o país. O sucesso de tais iniciativas incentivou as organizações internacionais e regionais a promover a sua réplica noutros países da região.

em todas as políticas que afectam o emprego juvenil, evitando assim a perpetuação da segregação e da discriminação no mercado de trabalho.

As parcerias entre os sectores público e privado aos níveis local e central, bem como as coligações com grupos da sociedade civil (incluindo os grupos de jovens), são uma ferramenta poderosa para mobilizar apoios e promover o emprego de jovens. Devem ser criadas parcerias público/privado entre escolas, centros de formação, universidades e empresas, por forma a melhor alinhar as competências existentes com o mundo do trabalho e a aumentar os recursos para financiamento da educação, formação e aprendizagem ao longo da vida.

Os governos e os parceiros sociais são os protagonistas mais importantes no desenvolvimento das políticas e programas de promoção do emprego de jovens. As organizações de empregadores e trabalhadores conhecem as necessidades das empresas, dos trabalhadores e do mercado de trabalho, pelo que devem ser envolvidas na concepção, monitorização e avaliação das medidas de promoção do emprego de jovens. Devem ser envidados esforços para incentivar os jovens empresários e trabalhadores a aderir às organizações de empregadores e aos sindicatos.

“Gostaria que as leis laborais pudessem ser melhoradas de modo a que os jovens trabalhadores pudessem sindicalizar-se muito mais facilmente, sem sofrerem discriminação e intimidação por parte dos seus empregadores. Sabemos que, no Canadá, os jovens trabalhadores auferem salários cerca de 28% superiores aos salários dos jovens não sindicalizados. Parece-me que esta é uma forma de os ajudar a sair da pobreza.”

Barbara Bryers, Congresso Canadano do Trabalho (CLC) e membro do Conselho de Administração da OIT

Por fim, o ritmo acelerado da globalização exige mecanismos para ligar países e actores e promover uma maior coesão das políticas, tanto ao nível nacional, como internacional. Neste contexto, as redes e fóruns globais e regionais podem fornecer plataformas úteis para a partilha de conhecimentos e experiências relacionadas com políticas e programas de promoção do emprego juvenil. Bons exemplos disso são as análises regulares dos programas nacionais levados a cabo no âmbito da Estratégia de Lisboa da UE e do Fórum de Lisboa da OIT.

5.

Sessão de Encerramento

Dayan Jayatileka afirmou que este Fórum foi uma experiência e um ponto de partida para a OIT. A organização procurou alargar o seu campo de acção, mantendo simultaneamente o seu tripartismo único como ponto central das suas iniciativas. Afirmou que os actuais resultados em termos de promoção do trabalho digno não podem ser considerados um dado adquirido. O conceito de trabalho digno para uma globalização justa tem de ser constantemente aperfeiçoado e clarificado, liderando e orientando todas as acções.

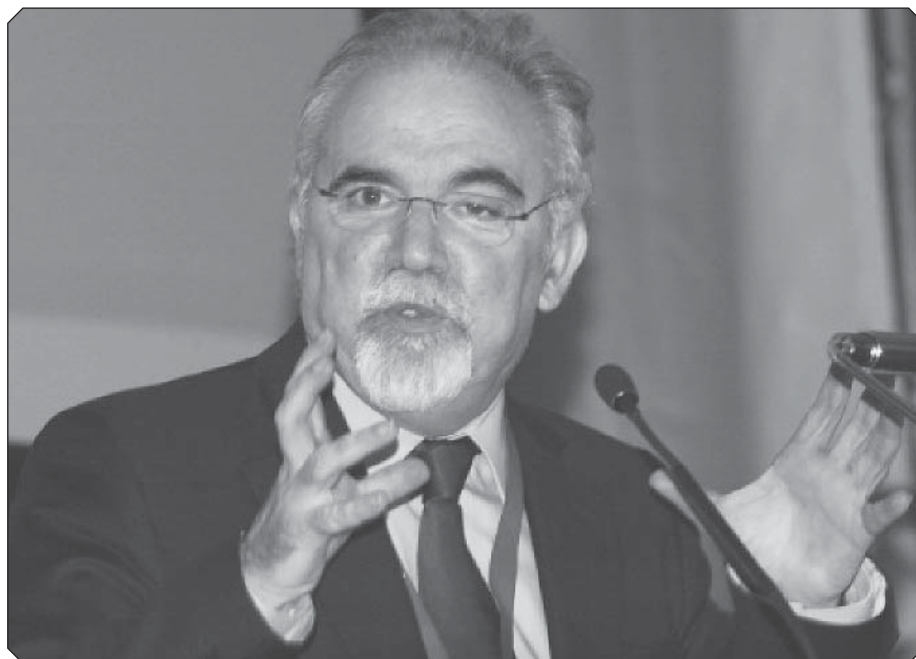
Daniel Funes de Rioja afirmou, em nome do Grupo de Empregadores, que a troca de pontos de vista foi muito positiva. Foi bom ter pontos de vista diferentes e procurar confrontá-los, pois é nisso que consiste o diálogo. O principal objectivo consistiu em debater ideias em boa fé, e esse foi um resultado extremamente valioso do debate. Os diálogos, ideias e pontos de vista que constituíram este Fórum serão muito úteis ao nível dos debates tripartidos no seio da OIT. Cabe agora ao Conselho de Administração e ao Bureau reflectir sobre estas matérias. Apontou para o facto de que a implementação de políticas adequadas de emprego e trabalho digno dependem dos países e das culturas em questão, mas que existem seguramente valores em comum. Reiterou a posição da classe empregadora sobre os diversos temas debatidos no Fórum, concluindo com a seguinte afirmação: “Se o crescimento económico não é viável sem emprego produtivo, o emprego sem políticas macroeconómicas saudáveis não é sustentável.”

Sir Roy Trotman afirmou, em nome dos trabalhadores e das ONG associadas aos mesmos, que o Fórum produziu um elevado nível de debate, o qual descreveu como “destilação de inteligência e visão”. O Conselho de Administração da OIT deverá estudar o relatório das sessões e precisará de implementar alguns programas de acções práticas num período de tempo razoável. Estes terão de ser direccionados para experiências nacionais e regionais e para acções interações ao nível global. É importante assegurar que as principais mensagens do Fórum cheguem ao maior número possível de pessoas. Mostrou-se satisfeito com o empenho demonstrado pelos parlamentares na questão do tra-

balho digno e com a possibilidade de, no futuro, participar com eles num diálogo tripartido, revelando ainda interesse na sugestão apresentada pela OIT de examinar a questão dos fundos de acções privados e dos hedge funds. Concluiu a sua intervenção afirmando que a necessidade de mobilizar a vontade política indispensável à implementação das acções foi a principal mensagem deixada pelos trabalhadores.

Juan Somavia afirmou que as sessões temáticas culminaram na produção de ideias claras e pragmáticas, algumas das quais passíveis de serem incluídas nos futuros trabalhos da OIT. Chamou a atenção para o facto de o Fórum ter revelado um forte consenso acerca da promoção do trabalho digno para uma globalização justa e acerca da noção de que o trabalho digno deve estar no centro da coesão política, a qual deve começar com políticas mais justas ao nível nacional. Destacou ainda a importância de promover a justiça social, o empreendedorismo e a inovação, bem como a criatividade na procura de novas soluções. O facto de a OIT ter conseguido contribuir para esta procura complexa de soluções deveu-se, acima de tudo, ao seu método de trabalho baseado no diálogo. Além disso, a Agenda para o Trabalho Digno não poderia ter avançado apenas com os recursos da OIT. Como tal, confessou-se satisfeito com o facto de outros actores, tais como os parlamentares e as instituições internacionais, estarem a assumir responsabilidades na integração da Agenda para o Trabalho Digno no movimento global emergente promovido pela instituições representadas no Fórum.

José António Viera da Silva encerrou as sessões expressando a sua satisfação pela forma como o Fórum decorreu e pelos resultados que produziu. Propôs à OIT fazer do Fórum de Lisboa um patamar para novos encontros onde



seja possível avaliar os impactos das políticas de trabalho digno e aperfeiçoar as ferramentas de implementação. A experiência dos três dias, concluiu, forneceu um forte incentivo à organização de outro fórum onde se afirme o engrossar da mobilização global para o trabalho digno e a vontade política em torno desta agenda.

APÊNDICE

Programa do Fórum

Quarta-feira, 31 Outubro	
8.00 – 10.00 14.00 – 17.00	Acreditação
17.00–18.00	<p>Sessão de Abertura</p> <p>Juan Somavia, Director-Geral do BIT</p> <p>José Sócrates, Primeiro-Ministro de Portugal</p> <p>José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Portugal</p> <p>Dayan Jayatilleka, Presidente do Conselho de Administração do BIT</p> <p>Daniel Funes de Rioja, Vice-Presidente do Conselho de Administração do BIT, Grupo Empregador</p> <p>Leroy Trotman, Vice-Presidente do Conselho de Administração do BIT, Grupo Trabalhador</p>
18.00–19.00	<p>Orador convidado:</p> <p>Surin Pitsuwan, Secretário-Geral designado da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)</p>
19.00–21.00	Recepção de Boas-Vindas
Quinta-feira, 1 Novembro	
09.00–10.15	<p>Sessão 1: Empregabilidade: educação, desenvolvimento de --competências e tecnologia</p> <p><i>Colmatar défices de conhecimento</i></p> <p><i>Presidente:</i> François Perigot, Presidente Honorário da Organização Internacional dos Empregadores (OIE)</p> <p><i>Oradores:</i> Maria João Rodrigues, Conselheira do Primeiro-Ministro para a Presidência da UE, Portugal</p> <p>Mark Richmond, Director para a Coordenação das Prioridades em Educação das Nações Unidas, UNESCO</p> <p>Phil O'Reilly, CEO Business Nova Zelândia</p> <p>Jan Eastman, Secretária-Geral Adjunta, Education International</p>

	<p>Sessão 2: Melhorar o trabalho e o funcionamento das empresas na economia informal</p> <p><i>Organizar para a acção e participação</i></p> <p><i>Presidente:</i> Manuel Viage, Secretário-Geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos</p> <p><i>Oradores:</i> Yash Tandon, Director Executivo, South Centre Charles Gore, Chefe, Investigação e Análise de Políticas, Divisão África, Países Menos Desenvolvidos e Programas Especiais, Conferência sobre Comércio e Emprego das Nações Unidas (UNCTAD) Jean-Yves Barcelo, UN-HABITAT Hilda Sánchez, Economista Sénior, Organização Regional Interamericana de Trabalhadores da ICFTU (ICFTU-ORIT)</p>
10.15–10.45	Coffee break
10.45–12.00	<p>Sessão 1 (cont.)</p> <p>Sessão 2 (cont.)</p>
12.00–12.30	<p>Orador convidado (plenário)</p> <p>Vladimír Špidla, Comissário Europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades</p>
12.30–14.00	Almoço – Restaurante AIP
14.00–14.30	<p>Orador convidado (plenário)</p> <p>Mats Karlsson, Vice-Presidente do Comité de Alto Nível sobre Programas (HLCP) do Conselho Executivo de Coordenação do Sistema das Nações Unidas (CEB) e Director de País, Banco Mundial</p>

<p>14.30–15.45</p>	<p>Sessão 3: Migração laboral, interna e internacional <i>Assegurar os benefícios e limitar os riscos da mobilidade dos trabalhadores</i> <i>Presidente:</i> John Sweeney, Presidente da American Federation of Labour-Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) <i>Oradores:</i> Giuliano Amato, Ministro do Interior, Itália Jesús Caldera Sánchez Capitán, Ministro do Trabalho, Espanha Caridad T. Sri Tharan, Membro Fundadora e Conselheira, Migrant Forum in Asia John Bingham, Responsável de Políticas, Comissão Católica Internacional para as Migrações Jacqueline Mugo, Directora Executiva, Kenya Federation of Employers</p>
	<p>Sessão 4: Políticas de protecção social para a coesão social e o desenvolvimento económico <i>A caminho de uma base social global mínima?</i> <i>Presidente:</i> Carlos Tomada, Ministro do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Argentina <i>Oradores:</i> Aart de Geus, Secretário-Geral Adjunto, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) Roberto Bissio, Coordenador do Social Watch e Director Executivo do Third World Institute Sudha Pillai, Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social, Índia Helmut Schwarzer, Secretário de Previdência Social, Ministério da Segurança Social, Brasil João Proença, Secretário-Geral, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Portugal</p>
<p>15.45–16.15</p>	<p>Coffee break</p>
<p>16.15–18.00</p>	<p>Sessão 3 (cont.) Sessão 4 (cont.)</p>

Sexta-feira, 2 Novembro	
09.00–10.15	<p>Sessão 5: Coerência das políticas entre as organizações internacionais</p> <p><i>Criar instrumentos para que possa funcionar</i></p> <p>Presidente: Sha Zukang, Subsecretário-Geral das NU para os Assuntos Económicos e Sociais</p> <p>Oradores: Josep Borrell, Presidente da Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu e Presidente do Global Progressive Forum (GPF)</p> <p>Raymond Parsons, membro do Comité de Gestão da BUSA e Overall Business Convenor no Conselho Nacional da Economia e do Desenvolvimento (NEDLAC), África do Sul</p> <p>Saleh Nsouli, Director dos Escritórios na Europa, Fundo Monetário Internacional (FMI)</p> <p>Ricardo Meléndez-Ortiz, Chefe Executivo, Centro Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD)</p> <p>Zwelinzima Vavi, Secretário-Geral, Congress of South African Trade Union (COSATU)</p>
	<p>Sessão 6: Oportunidades de trabalho digno para jovens: ultrapassar a discriminação e as desvantagens</p> <p><i>Igualdade na diversidade: uma ficção ou uma necessidade?</i></p> <p>Presidente: Ashraf Tabani, Presidente da Federação de Empregadores do Paquistão</p> <p>Oradores: Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e do Emprego do Brasil</p> <p>António D. Pitra Neto, Ministro da Administração Pública, do Trabalho e da Segurança Social, Angola</p> <p>Gilles de Robien, Embaixador encarregue de promover a coesão social, França</p> <p>Barbara Byers, Vice-Presidente Executiva, Congresso Canadano do Trabalho (CLC), Canadá</p> <p>Carvalho da Silva, Secretário-Geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP), Portugal</p> <p>Ariosto Manrique, Presidente, Comissão Nacional de Jovens Empresários, México</p>
10.15–10.45	Coffee break

10.45–12.00	Sessão 5 (cont.) Sessão 6 (cont.)
12.00–12.30	Oradores convidados (plenário) Abraham Katz, Presidente, Organização Internacional dos Empregadores (OIE) Guy Ryder, Secretário-Geral, Confederação Sindical Internacional (CSI)
12.30–14.00	Almoço – Restaurante AIP)
14.00–14.30	Orador convidado (plenário) Mary Robinson, Presidente da Realizing Rights: The Ethical Globalization Initiative
14.30–15.00	Painel de parlamentares (plenário): Responsabilidade e coerência das políticas públicas para o Trabalho Digno e a Globalização Justa: o papel dos Parlamentos Heráclito Fortes, Senador, República Federativa do Brasil Sheila Carstairs, Senadora, Canadá Poul Nyrup Rasmussen, Membro do Parlamento Europeu e Presidente do Partido Socialista Europeu
15.00–15.30	Coffee break
15.30–17.30	Apresentação dos resultados das sessões e análise das próximas etapas Sessão de encerramento: <i>Presidida por:</i> José António Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Portugal

Conclusões do Evento Paralelo da União Interparlamentar (IPU), Lisboa, 31 de Outubro de 2007

1. Os parlamentos e respectivos membros têm responsabilidades na área do trabalho, do emprego e da justiça social. A sua participação é fundamental para a promoção do trabalho digno para uma globalização justa.
2. É necessária a acção parlamentar para ratificar os instrumentos internacionais em matéria de trabalho e para transpô-los para um quadro de âmbito nacional. Isso implica influenciar e formular políticas destinadas a assegurar o emprego para todos e com condições de trabalho dignas, o que, em contrapartida, requer a adaptação dos quadros legislativos e reguladores existentes, a supervisão das políticas públicas, a adopção de um orçamento nacional e o escrutínio das contas públicas.
3. Os parlamentos devem esforçar-se por assegurar a coerência das políticas económicas e sociais aos níveis nacional, regional e internacional. Neste contexto, devem assumir uma maior responsabilidade nas negociações internacionais, com vista a alcançar o objectivo de solidez e coerência das políticas globais de natureza económica e social. Para tal, será necessária uma maior interacção entre os parlamentos e as instituições multilaterais.
4. Estas conclusões estão reflectidas com maior pormenor no relatório da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização. No seguimento das recomendações do relatório, a União Interparlamentar (IPU), com o apoio dos parlamentos, adoptou uma série de medidas. Entre estas, incluem-se um debate global a nível parlamentar sobre a criação de postos de trabalho e sobre o emprego, a adopção de uma resolução estabelecendo recomendações de acção parlamentar e a apresentação de propostas para o estabelecimento de um programa conjunto plurianual de cooperação entre a OIT e a IPU.
5. A IPU deve ajudar os parlamentos a implementar esta agenda, em primeiro lugar incentivando-os a agir em determinadas áreas, tais como: as normas mínimas de trabalho, as condições dignas de trabalho e um ambiente de trabalho sem exposição a agentes nocivos, a melhoria da mobilidade profissional, os trabalhadores migrantes, a “fuga de cérebros”, o emprego juvenil, os sistemas de reforma e o fim do trabalho infantil. Estas áreas são o reflexo de uma sociedade mais humana, encaminhando-se para uma globalização mais justa.
6. A IPU deve ainda apoiar os parlamentos facilitando a interacção, entre si e, sobretudo, entre os seus membros que se dedicam activamente às questões do trabalho digno para uma globalização justa, ajudando-os a partilhar experiências e boas práticas. Além disso, deve promover a interacção parlamentar com as instituições multilaterais e informá-las do teor da Agenda para o Trabalho Digno.

7. A IPU deve desenvolver ferramentas específicas para facilitar a acção parlamentar nestas matérias. Tais ferramentas devem ser desenvolvidas em cooperação com a OIT, com base no modelo dos guias parlamentares desenvolvidos nos últimos anos pela IPU. O conteúdo deve ser retirado do Kit de ferramentas para Integrar o Emprego e o Trabalho Digno recentemente lançado pela OIT. Através do seu site, a IPU deve facilitar o contacto directo entre os membros parlamentares interessados.
8. Por forma a promover este processo, a IPU deve criar um grupo de consultoria parlamentar sobre o emprego e o trabalho digno. O grupo deve ser composto por 15 membros do parlamento provenientes de diferentes regiões geopolíticas que se dedicam às questões relacionadas com o trabalho, o emprego e o desenvolvimento social nos seus respectivos parlamentos. A OIT deve ter representação neste grupo. O grupo deve fornecer anualmente informações ao Conselho de Administração da IPU.
9. O grupo consultivo deve desenvolver e monitorizar a implementação de propostas de actividades específicas da IPU. Estas devem incluir a criação de redes entre aqueles que se dedicam ao tema do emprego e do desenvolvimento social, a preparação de ferramentas de trabalho para si e para outros membros parlamentares, a realização de campanhas parlamentares sobre temas específicos e a organização de reuniões de âmbito regional e global. O grupo consultivo deve ser encarregue da realização de um estudo recomendado na 116.^a Assembleia da IPU sobre a forma como os parlamentos abordam o impacto da globalização nos seus respectivos países, incluindo uma avaliação do papel dos parlamentos na promoção do trabalho digno para todos.

Apelo à promoção do Trabalho Digno

Apesar do desenvolvimento económico mundial, a maior parte da população não vê qualquer melhoria nas suas vidas.

A par da significativa taxa de desemprego aberto, existem muitas pessoas subempregadas ou que não são remuneradas pelo trabalho executado. Em todo o mundo, metade dos trabalhadores ganha menos de 2 dólares por dia. O trabalho escravo afecta 12,3 milhões de mulheres e homens. Duzentos milhões de crianças com menos de 15 anos trabalham em vez de irem à escola e 2,2 milhões de pessoas morrem todos os anos devido a acidentes e doenças relacionados com o trabalho. Tanto nos países desenvolvidos, como nos países em vias de desenvolvimento, as pessoas trabalham mais por menos dinheiro e há cada vez mais pessoas – cuja esmagadora maioria são mulheres – forçadas a viver na chamada economia informal, sem protecção social nem direitos e com empregos precários. Entretanto, as empresas utilizam a ameaça da externalização para reduzir os salários e o “jogo de forças” pelos direitos, como o direito à negociação colectiva e à greve. Os sindicalistas que combatem estas tendências são despedidos, ameaçados, detidos e mesmo mortos.

Só um sistema internacional baseado na solidariedade e no respeito pelos direitos do Homem, como o prevêem as convenções das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), pode pôr termo a estas tendências. Apelamos aos nossos governos que assinem estas convenções, que as implementem urgentemente e que coloquem o trabalho digno no centro das suas decisões políticas.

Em Julho de 2006, os governos presentes no Conselho Económico e Social das NU adoptaram uma Declaração Ministerial cujo primeiro artigo afirma: “Estamos convencidos da necessidade urgente de criar um ambiente, a nível nacional e internacional, que conduza ao êxito do emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos como a base para um desenvolvimento sustentável.” O seu apelo deve ser acompanhado pela ratificação e aplicação das normas da OIT, ao mesmo tempo que as agências internacionais utilizam o novo kit de ferramentas das NU para Integrar o Emprego e o Trabalho Digno como primeiro passo a favor de uma maior coerência e convergência políticas para a concretização da promessa de Trabalho Digno Para Todos.

É chegada a hora de começar a cumprir estas promessas

É nossa opinião que o trabalho digno é crucial para erradicar a pobreza, melhorar a vida de mulheres e homens e permitir às pessoas viver em paz e com dignidade. Por isso, apelamos aos decisores que se empenhem urgentemente nas seguintes matérias:

- 1. Trabalho Digno:** Reafirmar a contribuição de empregos estáveis e de qualidade para uma economia sã e para a criação de comunidades justas e equitativas, através da implementação de estratégias inclusivas a favor do emprego pleno e produtivo, incluindo direccionadas para as pessoas que trabalham actualmente na chamada economia informal, que carecem de direitos e justiça para a defesa dos seus interesses. Todas as pessoas têm direito ao trabalho, a boas condições de trabalho e a um rendimento suficiente para as suas necessidades básicas de natureza económica, social e familiar, um direito que deveria ser concretizado através de salários que permitam viver condignamente.
- 2. Direitos:** O direito dos trabalhadores a constituir e aderir a sindicatos e a negociar colectivamente com o seu empregador é fundamental para a prossecução do trabalho digno, devendo todas as organizações internacionais, governos e empresas assumir as suas responsabilidades no respeito dos direitos humanos dos trabalhadores.
- 3. Protecção social:** Reforçar e alargar a cobertura de protecção social, garantindo o acesso à segurança social, a pensões, a subsídios de desemprego, à protecção da maternidade e a um bom sistema de saúde para todos. Estes benefícios devem estar disponíveis para todos, incluindo para os trabalhadores da chamada economia informal.
- 4. Comércio:** Mudar regras comerciais injustas e utilizar os acordos comerciais como um instrumento de promoção do trabalho digno, do desenvolvimento sustentável e da capacitação dos trabalhadores, das mulheres, dos desempregados e dos pobres do mundo inteiro. Devem ser integrados nos acordos comerciais mecanismos vinculativos para a promoção e implementação do trabalho digno, incluindo normas laborais básicas. Os governos devem deixar de concluir acordos comerciais que prejudiquem as camadas mais pobres da população, criem desemprego e conduzam à exploração. As exigências das organizações dos trabalhadores e do resto da sociedade civil devem ser escutadas.
- 5. Dívida:** Assegurar que as prioridades das instituições financeiras internacionais incorporam preocupações de carácter social e ambiental. Em especial, é necessário pôr cobro às condições de empréstimo e de dívida que forcem os países a desregular os mercados de trabalho, a reduzirem a despesa pública e a privatizarem os serviços públicos em detrimento das possibilidades de acesso e da qualidade. Todos os projectos financiados por estas instituições devem, na sua execução, cumprir as normas laborais básicas.
- 6. Ajuda:** Assegurar que os governos respeitam o seu compromisso de aumentar o nível da ajuda oficial dos países ricos ao desenvolvimento

para, pelo menos, 0,7% do PIB. O financiamento adequado das acções de desenvolvimento é indispensável para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das NU.

7. **Migração:** Assegurar que os trabalhadores migrantes não são explorados e gozam dos mesmos direitos que os restantes trabalhadores, através da ratificação das convenções relevantes da OIT e da Convenção das NU de 1990 sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.